



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA  
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**NÁIRA MÁRCIA SOUZA TEIXEIRA**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: O  
PRONATEC VIA SENAC EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA ENTRE 2011 E 2016**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA  
2017**

**NÁIRA MÁRCIA SOUZA TEIXEIRA**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: O  
PRONATEC VIA SENAC EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA ENTRE 2011 E 2016**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

**ORIENTADOR: PROF. DR. GILDÁSIO  
SANTANA JÚNIOR**

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA  
2017

**NÁIRA MÁRCIA SOUZA TEIXEIRA**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: O  
PRONATEC VIA SENAC EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA ENTRE 2011 E 2016**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 22/11/2017

**BANCA EXAMINADORA**

**GILDÁSIO SANTANA JÚNIOR**  
Orientador (a)

**JOSIAS ALVES DE JESUS**  
Examinador (a)

**PEDRO HENRIQUE CAVALCANTE**  
Examinador (a)

T832e Teixeira, Náira Márcia Souza.

Educação profissionalizante e qualificação profissional: o PRONATEC via SENAC em Vitória da Conquista – Ba entre 2011 e 2016 / Náira Márcia Souza Teixeira.- Vitória da Conquista: UESB, 2017.

85f.; 30cm

(Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Dr. Gildásio Santana júnior)

1.Empregabilidade 2.Inclusão Social 3.Qualificação Profissional 4.Trabalho I. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia II. Título

CDD – 370.113

“Prefiro ser essa metamorfose ambulante do que ter  
aquela velha opinião formada sobre tudo...”

Raul Seixas

## **RESUMO**

As políticas públicas de educação profissional, visando acesso ao mercado de trabalho se ampliam por todo o Brasil como forma de solucionar os problemas para o desenvolvimento

econômico e social do país. Associam-se a isso as demandas da nova dinâmica produtiva frente aos avanços tecnológicos e exigências do mercado, que causam desemprego e exclusão social. Refletindo sobre as relações sociais e produtivas contemporâneas, a presente pesquisa tem como objetivo primordial analisar o papel desempenhado pelas políticas sociais para a formação e qualificação profissional de jovens e adultos, com objetivo de solucionar o problema de desemprego, tendo como foco o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC como política pública que visa inclusão social e acesso ao emprego via qualificação profissional. Dessa forma, busca-se confirmar se tal iniciativa consegue atingir os objetivos propostos, tendo como delimitação espacial o município de Vitória da Conquista – BA. Esta pesquisa se desenvolveu com base na metodologia de análise documental, via revisão bibliográfica elaborada a partir de material já publicado acerca do tema em questão, além de sites oficiais relacionados ao programa, demais informações do objeto de estudo extraído de livros, artigos e teses científicas, fornecendo assim os subsídios teóricos para fundamentação deste trabalho, de forma que faz desde estudo uma pesquisa descritiva. Além da segunda parte com metodologia de execução por meio de estudo de caso e análise específica de acordo os dados obtidos, buscando interpretação dos mesmos para conclusão do estudo. Os autores que dão sustentação teórica para a pesquisa são Behring e Boschetti (2011), Faleiros (1986) e Harvey (1992), aos quais abordam a importância das reivindicações populares para o desenvolvimento das políticas sociais, dentre outros. Ao final da pesquisa, constatou-se que apesar da necessidade das políticas sociais de educação profissionalizantes, esse não é o fator determinante para que se tenha acesso ao mercado de trabalho, fato observado na pesquisa, acerca do baixo índice de acesso ao emprego, mesmo para aqueles que possuem acesso à qualificação profissional.

**Palavras-chave:** Empregabilidade; Inclusão Social; Qualificação Profissional; Trabalho.

## ABSTRACT

The public policies of professional education aiming at the access to the labour market are expanding throughout Brazil as a way to solve the problems related to the economic and

social development of the country. In association with that, the new productive dynamic's demands facing the technological advances and the market requirements, are causing unemployment and social exclusion. Reflecting upon the contemporary social and productive relations, this research has as its primordial goal analyzing the role played by the social policies on the training and qualification of young people and adults, with the purpose of solving the unemployment issue, focusing on the National Access Program to Technical Education and Employment (PRONATEC) as a public policy directed to social inclusion and employment access through professional qualification. Therefore, it has been pursued to confirm if that initiative can achieve the proposed objectives, having as geographical delimitation the city of Vitória da Conquista – Ba. This research has developed on the basis of documentary analysis method, via bibliographic review elaborated from material already published about the given topic, besides official websites related to the program, further information of the object of study extracted from books, articles and scientific theses, thereby providing the theoretical foundations for this work's rationale, in a way that makes this study a descriptive research. In addition to the second part with execution methodology by means of case study and specific analysis according to obtained data, seeking their interpretation to conclude this research. The authors who give theoretical underpinning to the research are Behring and Boschetti (2011), Faleiros (1986) and Harvey (1992), whom address the importance of popular demands for the development of social policies, among others. At the end of the research, it is determined that although social policies of professional education are needed, that is not the determining factor for being able to access the labour market, fact that was observed in the research, on the low rate of employment access, even for those who have professional qualification.

**Key-words:** Employability; Social Inclusion; Professional Qualification; Work

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
1. CONCEITUANDO POLÍTICAS SOCIAIS .....	13

1.1. Algumas Considerações Históricas Acerca do Surgimento das Políticas Sociais.....	13
1.2. Surgimento das Políticas Sociais no Brasil .....	20
1.3. Mercado de Trabalho e Reestruturação Produtiva .....	24
1.3.1– Progresso Técnico e Emprego.....	31
<b>2. POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO NO BRASIL.....</b>	<b>36</b>
2.1 – Breve Abordagem Acerca do Mercado de Trabalho no Brasil .....	36
2.2 - Capacitação e Empregabilidade .....	43
2.3 – Breve Histórico das Políticas Profissionalizantes no Brasil.....	47
<b>3 - PRONATEC – PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO .....</b>	<b>53</b>
3.1. Surgimento do Programa PRONATEC.....	53
3.2 – Dados do PRONATEC.....	60
3.2.1 – Caracterização do Município de Vitória da Conquista.....	62
3.3 – Análise dos Resultados Obtidos com o programa PRONATEC em Vitória da Conquista – BA .....	71
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>79</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Gráfico 1 – Evolução das matrículas nos cursos RONATEC.....</b>	<b>61</b>
--	-----------

<b>Gráfico 2 - Fluxo Escolar por Faixa Etária – Vitória da Conquista – 1991/2000/2010.....</b>	<b>65</b>
<b>Gráfico 3 - Escolaridade da população Adulta – Vitória da Conquista – 1991/2000/2010.....</b>	<b>66</b>
<b>Gráfico 4 - Composição do Valor Agregado Bruto (VAB) – Vitória da Conquista.....</b>	<b>67</b>
<b>Gráfico 5 - Composição da População de 18 anos ou mais de idade - 2010.....</b>	<b>68</b>
<b>Gráfico 6 - Matrículas Efetuadas no Período 2012 a 2016 – Vitória da Conquista.....</b>	<b>74</b>
<b>Gráfico 7 - Total de Concluintes no Período 2012 a 2016 – Vitória da Conquista.....</b>	<b>74</b>
<b>Gráfico 8 - Acesso ao Mercado de Trabalho no Período 2012 a 2016 – Vitória da Conquista... </b>	<b>75</b>

## **LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1 – Tipos de Cursos.....</b>	<b>56</b>
--	-----------

**Figura 2 – Cobertura Territorial Programa PRONATEC.....62**

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela1 - Evolução das matrículas no PRONATEC: 2011 a agosto de 2014.....</b>	<b>61</b>
<b>Tabela 2 - População Total, por Gênero, Rural/Urba na - Município – Vitória da Conquista – BA.....</b>	<b>63</b>
<b>Tabela 3 - Estrutura Etária da População - Município – Vitória da Conquista – BA.....</b>	<b>64</b>
<b>Tabela 4 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Município – Vitória da Conquista – BA.....</b>	<b>67</b>
<b>Tabela 5 - Ocupação da População de 18 anos ou mais de idade – Vitória da Conquista – BA.....</b>	<b>68</b>
<b>Tabela 6 – Resultado Ipe se dos 30 melhores performances – 2013.....</b>	<b>70</b>

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNDES	Banco de Desenvolvimento Econômico e Social
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNT	Conselho Nacional do Trabalho
EFP	Educação e Formação Profissionalizante
ETECS	Escolas Técnicas de Nível Médio
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Ensino Profissional e Técnico
FAINOR	Faculdade Independente do Nordeste
FETECs	Faculdades de Tecnologia
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FTC	Faculdade de Tecnologia e Ciência
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
MEC	Ministério da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAT	Serviço de Aprendizado do Transporte
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SISUTEC	Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
VAB	Valor Agregado Bruto

## INTRODUÇÃO

A qualidade de vida e bem estar social está atrelado ao desenvolvimento socioeconômico e às mudanças estruturais necessárias para tal, para isso fatores como a qualificação, o conhecimento, informação e a educação são relevantes para que de fato sejam atenuadas as desigualdades em que a sociedade contemporânea se encontra. Tais fatores são o alicerce para enfrentar as inovações do processo evolutivo de modernização por meio das novas tecnologias capaz de gerar maior acesso ao mercado de trabalho, qualificação profissional e estreitar as disparidades sociais e econômicas que está submetida à sociedade brasileira.

Ao longo dos anos a ciência econômica tem como desafio o estudo que visa explicar as variáveis que influenciam o crescimento e o desenvolvimento econômico, e possibilitam ampliação produtiva de bens e serviços, melhor utilização dos recursos com custos menores e equilíbrio da economia frente às oscilações inerentes ao sistema moderno de produção, bem como a aplicação e participação social de tais recursos de forma que haja melhor qualidade de vida.

Nas economias capitalistas, o avanço tecnológico se tornou fator relevante para a produção viabilizando e garantindo para as empresas maior eficiência quanto ao processo de ampliação produtiva, controle da mão de obra utilizada e aumento dos lucros. Para isso, novas técnicas são empregadas nesse sistema, o novo paradigma exige maior qualificação por parte dos trabalhadores, uma vez que a economia enfrenta maior competitividade e concorrência frente à dinâmica das inovações que envolvem tal modelo.

A necessidade de se adotar estratégias operacionais que ampliem os resultados, com redução dos custos, faz com que o nível de conhecimento científico e técnico seja cada vez maior no intuito de garantir o sucesso das empresas rumo ao crescimento e participação na economia.

Analisando a trajetória adotada pelos países desenvolvidos, é possível perceber que, para se atingir esse nível de desenvolvimento, a educação passou a ser prioridade para que os cidadãos, diante do seu acesso, pudessem ter capacidade de acompanhar o processo gradativo de evolução ao qual o mercado produtivo tem como base para ampliar quantitativamente e qualitativamente suas conquistas frente às constantes concorrências mundiais entre os países.

Dessa forma, fez-se necessário que os investimentos na área educacional básica e universitária pudessem caminhar juntamente com os investimentos do nível técnico e profissional, dando assim as condições necessárias para que o cidadão pudesse adquirir tanto

capacidade intelectual quanto a inserção profissional, uma vez que estaria mais apto para encarar os processos produtivos mais complexos.

Para países periféricos, assim como o Brasil, tal modelo não sofreu o mesmo processo, sendo que os níveis de escolaridade da mão de obra brasileira sempre estiveram aquém das exigências e avanços ocorridos ao longo do modo de produção, sendo assim, pode-se observar a dificuldade de inserção de mão de obra no mercado de trabalho devido à falta de formação educacional e profissional adequada, além de fatores econômicos que afetam o nível de emprego no país.

Dessa forma, o governo buscou como iniciativa ofertar cursos de capacitação profissional como forma de ampliar as condições de acesso ao mercado de trabalho principalmente para a sociedade carente do país. Com isso, em 2011, a educação profissional brasileira passou a contar com a política de educação profissionalizante por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído por meio da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, no governo da Presidente Dilma Rousseff.

O programa teve grande expansão por todo o país, ampliando a oferta da educação profissional e tecnológica, nas modalidades técnica e formação inicial e continuada (FIC), alvo da pesquisa em questão. O município de Vitória da Conquista – Ba, tem apresentado crescimento econômico ao longo dos tempos, sendo grande atrativo comercial para investimentos no estado, com isso ampliou-se os serviços ofertados, bem como o fluxo demográfico e a demanda por trabalho na região. Com base nesse contexto, a problemática deste trabalho parte do seguinte questionamento: Os cursos profissionalizantes ofertados em Vitória da Conquista conseguem atingir o objetivo de acesso ao mercado de trabalho?

A hipótese básica estabelecida converge no sentido de que a crise no mercado de trabalho tem afetado a sociedade em geral, mesmo se qualificando é grande o número de pessoas com dificuldade para conseguir uma vaga de emprego.

Dessa forma, objetivo de estudo dessa pesquisa é de analisar sobre os resultados obtidos por meio dos programas de qualificação profissionalizantes, e se de fato esses programas conseguem atingir os objetivos na diminuição do desemprego e acesso ao mercado de trabalho pelo público alvo, envolvidos com o programa.

Com base nesse propósito, busca-se analisar a oferta de cursos profissionalizantes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) via SENAC Vitória da Conquista – Ba, no período de 2011 a 2016. Com isso, a escolha do objeto de estudo se deu por se tratar de uma política de emprego, que atua diante da necessidade de

qualificar para ampliar o acesso ao trabalho por parte da população, visando atender a demanda do mercado e mão de obra exigida.

A escolha do tema de pesquisa partiu do interesse de analisar a efetividade do programa PRONATEC como política social que visa inclusão social e acesso ao emprego, uma vez que o município possui diversos jovens com necessidade de educação e trabalho, considerando que, diante do seu potencial de crescimento do município, cabe ao poder público proporcionar oportunidades para a população de modo geral, ou seja, como estão sendo aplicados os recursos possibilitando oportunidades e participação em prol da sociedade gerando desenvolvimento e equidade social.

A metodologia consistirá em duas partes: na primeira utilizou-se a metodologia de análise documental com pesquisa bibliográfica de alguns conceitos teóricos econômicos, assim como a coleta de dados e informações sobre os diversos aspectos que caracterizam o objeto de estudo, fornecendo assim os subsídios teóricos para fundamentação deste trabalho.

Na segunda parte com metodologia de execução por meio de estudo de caso, tendo como unidade de estudo a instituição Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC em Vitória da Conquista – BA, utilizando análise específica de acordo os dados obtidos, entre o período de 2011 a 2014, buscando interpretação dos mesmos para conclusão do estudo. Vale ressaltar que houve dificuldade no acesso e delimitações às ferramentas adequadas para compor os dados necessários da pesquisa dentro do tempo previsto para execução e conclusão da mesma.

Para analisar o desempenho do programa PRONATEC em Vitória da Conquista - Ba, a base de dados utilizada foi obtida dos seguintes órgãos: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Atlas Brasil e SENAC-VC com sede no município.

Este trabalho está dividido em três capítulos, além desta introdução e considerações finais. O primeiro capítulo traz como abordagem a origem da política social, analisando sob o referencial teórico de alguns autores, como Behring e Boschetti (2011), Faleiros (1986) e Harvey (1992) dentre outros, de forma que suas abordagens formam um consenso acerca das reivindicações populares como fator relevante para o desenvolvimento das políticas sociais.

Behring e Boschetti em referência à política social como sendo gradual e de acordo ao movimento de organização e pressão da classe trabalhadora sobre as forças produtivas e de como o Estado se correlacionava nesse contexto.

Segundo HARVEY, o Estado é responsável por controlar as práticas e condutas que envolvem as relações entre os agentes econômicos, bem como os eventos inerentes ao modelo

de produção capitalista, tendo como obrigação fornecer bens coletivos como: defesa, educação, infraestrutura sociais, não produzidos pelo mercado.

A análise das políticas sociais na visão de Faleiros (1986) possui como ápice o processo de acumulação da riqueza capitalista, tendo o Estado como promotor e regulamentador para o controle entre a economia e o mercado de trabalho, logo as políticas sociais passam a atenuar os conflitos existentes a partir das crises econômicas e os possíveis desajustes e insatisfações sociais diante do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, será apresentada a evolução histórica para o surgimento das políticas sociais, os fatos políticos e sociais que marcaram tal evolução e as influências que modificaram sua estrutura, até a formação do que se caracteriza como políticas sociais na realidade brasileira contemporânea. Também será feita uma breve discussão sobre a reestruturação produtiva e as alterações nos processos que envolvem o mercado de trabalho. Fatos que influenciaram as relações entre empregador e a mão de obra ao longo dos tempos.

No segundo capítulo busca-se destacar o processo histórico sobre a formação do mercado de trabalho no Brasil e as necessidades de adequação por parte da mão de obra à reestruturação produtiva, a evolução tecnológica, bem como as ações por parte do Estado quanto às políticas de qualificação profissional.

No terceiro e último capítulo será apresentado o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), tendo em foco a qualificação profissional, objeto principal desse estudo, bem como avaliar seu desempenho no município de Vitória da Conquista – BA, diante da oferta dos cursos profissionalizantes de Formação Inicial e Continuada (FIC), a partir dos dados disponíveis para tal análise e a proposta de objetivo do mesmo, sendo observado se de fato os resultados representam melhores condições de formação técnica com acesso ao trabalho por parte dos alunos que participaram do programa de acordo os cursos ofertados.

## **1. CONCEITUANDO POLÍTICAS SOCIAIS**

O capítulo a seguir tem como objetivo analisar a intervenção do Estado por meio das políticas públicas direcionadas para a diminuição do desemprego e maior acesso ao mercado de trabalho a partir da formulação de ações voltadas para a qualificação profissional para pessoas de baixa renda, tendo como aspecto principal de análise observar se os objetivos propostos para o programa específico de educação profissionalizante têm sido alcançados.

Assim, o tópico abaixo traz em sua abordagem o surgimento histórico das políticas sociais e os motivos pelos quais o papel do Estado passa a ser de grande relevância nas decisões que envolvem as tensões sociais e econômicas entre a sociedade e o Estado. Sendo assim, tal processo está relacionado à evolução que houve no que diz respeito ao papel do poder público, a partir das políticas públicas voltadas a maior proteção social direcionando ações em vários âmbitos na vida coletiva como melhoria nas áreas de saúde, educação, segurança dentre outros.

### **1.1. Algumas Considerações Históricas Acerca do Surgimento das Políticas Sociais**

O surgimento das Políticas Sociais se deu a partir da necessidade de atenuar as tensões sociais causadas pelas relações produtivas capitalistas *versus* o proletariado ou a sociedade detentora da mão de obra. As mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas ao longo dos tempos, em especial após o século XVIII, com a Revolução Industrial, trouxeram vários conflitos entre as classes e formas de organização social no intuito de alcançar maior equidade de direitos bem como qualidade de vida para a população marginalizada.

Já no século XX, a nova organização econômica se acentua sob a visão do lucro, diante do aumento produtivo do sistema capitalista e dos moldes de consumo dos bens produzidos, fator necessário para a manutenção do sistema vigente que encontrou alguns obstáculos capaz de ameaçar seu sucesso e objetivos em relação aos ganhos de produção.

De acordo com Faleiros (1986), Estado e sociedade estão intimamente relacionados de forma que as políticas sociais é uma maneira de regulamentação dessa interação e visa garantir o cumprimento das necessidades básicas, como alimentação, saúde, educação,

habitação. Enquanto o trabalhador oferece sua força de trabalho receberão em troca esses benefícios para manutenção de seu bem estar e qualidade de vida.

Esse fato é analisado ao se verificar o surgimento das Políticas Sociais de um modo geral conforme apresentado pelos autores Harvey (1989) e Behring e Boschetti (2011), os quais destacam que as políticas sociais ocorreram de forma diferenciada, bem como se adequaram diferentemente para cada situação conforme as necessidades e prioridades,

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciando entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.64)

Dessa forma é possível identificar na Europa as primeiras intervenções governamentais por meio das Políticas Sociais, que se fundamentaram na proteção social do trabalhador ou desempregados como meio de segurança social para os mesmos conforme abordado por Behring e Boschetti (2011, p.67)

- Entre 1883 e 1914, todos os países europeus implantaram um sistema estatal de compensação de renda para os trabalhadores na forma de seguros;
- No mesmo período, onze dos treze países europeus introduziram seguro – saúde e nove legislaram sobre pensão dos idosos.
- Em 1920, nove países tinham alguma forma de proteção ao desempregado.

Historicamente, a economia política sofreu transformações a partir de eventos que estabeleceu mudanças do sistema capitalista em vários âmbitos que afetam os sistemas de trabalho, oferta, demanda e demais relações entre a sociedade de forma geral e o papel do Estado, responsável por controlar as práticas e condutas que envolvem as relações entre os agentes econômicos, bem como os eventos inerentes ao modelo de produção capitalista, assim destacados por Harvey:

É necessário para compensar as falhas de mercado (tais como os danos inestimáveis ao ambiente natural e social), evitar excessivas concentrações de poder de mercado ou combater o abuso do privilégio do monopólio quando este não pode ser evitado (em campos como transporte e comunicações), fornecer bens coletivos (defesa, educação, infraestrutura sociais e físicas que não podem ser produzidos e vendidos pelo mercado e impedir falhas descontroladas decorrentes de surtos especulativos, sinais de mercados aberrantes e o intercâmbio potencialmente negativo entre expectativas dos empreendedores e sinais de mercado. (HARVEY, 1989, p.118).

Neste sentido, forças econômicas modificaram a condução das Políticas Sociais, impactando na relação do trabalho, da produção e acerca do papel desempenhado pelo Estado. O sistema de produção fordista<sup>1</sup> foi um dos principais contribuintes para tal. Com base em Correia:

O fordismo começou quando Henry Ford modificou o processo artesanal de produção de carros com a implantação do sistema taylorista na linha de montagem, ou seja, racionamento do trabalho que permitiu uma produção em massa de produtos homogêneos. (CORREIA, 2009, p.1).

Ainda com base em Correia (2009), o modelo de organização se apoiou em cinco transformações sendo elas: 1) produção em massa, 2) parcelamento das tarefas, 3) criação da linha de montagem, 4) padronização das peças, 5) automatização das fábricas.

Assim para Ford além da nova forma de organização produtiva e de trabalho, a produção em massa seria fator determinante no aumento do consumo,

acreditava que o novo tipo de sociedade poderia ser construído simplesmente com a aplicação adequada ao poder corporativo. O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. (HARVEY, 1992, p.122).

O novo processo produtivo de trabalho implantado por Henry Ford, juntamente com as inovações tecnológicas se estabeleceu sob o aumento significativo na produção para as indústrias e uma nova disciplina para os trabalhadores que passaram demandar maior consumo pelos produtos hora dispostos no mercado. Fato determinante de destaque para o sistema fordista,

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 1992 p.121)

---

<sup>1</sup> Conjunto de métodos de racionalização da produção elaborado pelo industrial norte-americano Henry Ford. (SANDRONI, 2005, p. 353)

As ideias fordistas e a forma como esse sistema se estabeleceu diante do processo e regulamentação promovida para a economia, encontrou gargalos econômicos capaz de abalar seu poder produtivo frente aos problemas causados pela maior crise do capitalismo manifestado em meio a Grande Depressão ou a crise de 1929, sendo esse o maior período de recessão econômica ocorrido no século XX diante da crise de superprodução que atingiu a economia mundial. Esse fato levou a se pensar em um novo mecanismo capaz de atender ao modelo produtivo fordista vigente até o momento, no intuito de garantir a demanda efetiva. Assim o papel do Estado passa a ser uma forma de regulamentação e para isso,

Foi necessário conceber um novo modo de regulamentação para atender aos requisitos da produção fordista; e foi preciso o choque da depressão selvagem do quase colapso do capitalismo na década de 30 para que as sociedades capitalistas chegassem a alguma nova concepção da forma e do uso dos poderes do Estado. (HARVEY 1992 p.124)

O capitalismo diante das crises econômicas inerentes ao sistema, passa pela necessidade de maior regulamentação e participação do Estado no que diz respeito às relações e conflitos causados pelo modo de produção capitalista e os direitos da sociedade. Sendo assim:

Historicamente, o mercado agravou de tal forma as desigualdades inerentes ao capitalismo, concentrando a produção, a renda e o consumo nas mãos de poucos, que o próprio sistema capitalista foi constantemente sacudido por graves crises econômicas e sociais que puseram em risco não só as pessoas e a força de trabalho, como também o próprio capitalismo. (FALEIROS, 1986 p. 26)

A análise das políticas sociais na visão de Faleiros (1986) possui como ápice o processo de acumulação da riqueza capitalista, tendo o Estado como promotor e regulamentador para o controle entre a economia e o mercado de trabalho. Logo as políticas sociais passam a atenuar os conflitos existentes a partir das crises econômicas e os possíveis desajustes e insatisfações sociais diante do modo de produção capitalista.

Devido a esse tipo de relação, segundo Faleiros (1986), as ações de intervenção do Estado como manutenção econômica e estabilização social podem ser interpretadas sob os mais variados aspectos, sendo que:

As políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquistas dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes,

ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão. (FALEIROS, 1986, p. 8)

Para Faleiros (1986), o conceito, a interpretação, o objetivo, não tem como ser separado do modo de produção capitalista. O trabalhador que produz mercadorias e gera riqueza, precisa ter condições mínimas de sobrevivência. O Estado nesse cenário capitalista tem a obrigação de manter essa estabilidade. Neste contexto segundo Hotz (2008):

As reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida, incluindo saúde, habitação, educação, saneamento, alimentação, transporte e outros, tem como atores principais no jogo de interesses a burguesia e o proletariado, pois constituem as duas classes em constante conflito na sociedade capitalista, apesar do Estado desempenhar uma relação de mediação entre os interesses de ambas as classes, obscurecendo muitas vezes este conflito. (HOTZ, 2008, p. 7)

O Estado ao impor seu papel de interventor, frente ao discurso apresentado nas lutas sociais, busca demonstrar que as decisões frente às ações de políticas sociais estão fundamentadas na preocupação com o bem estar da sociedade, principalmente para aqueles com maior necessidade e menor poder aquisitivo, sem deixar explícita a realidade acerca de tais “benefícios”, segundo Faleiros:

Todos os programas sociais vindos de cima para baixo são pagos e financiados pelos próprios trabalhadores e se inscrevem num contexto muito mais complexo, que os discursos nem sequer pronunciam, ou melhor, distorcem ou camuflam. (FALEIROS, 1986, p.18)

Para o autor, por trás das ações e políticas sociais desenvolvidas, existe o implícito interesse em prol da classe trabalhadora como forma de manter o equilíbrio das tensões sociais que surgem no sistema capitalista, sem que haja mudança significativa no que diz respeito aos problemas estruturais que acompanham a sociedade. Sendo assim, os Estados aparecem como benfeitores, com uma bondade aparente, “aparecem como dádivas, relacionando-as em seguida com as exigências do capital para se valorizar e reproduzir a força de trabalho e com as lutas sociais e crises do capitalismo” (FALEIROS, 1986, p.8).

Após a crise de 1929, houve considerável mudança econômica no mundo capitalista caracterizando também alterações significativas no âmbito das políticas sociais. Diante do cenário de recessão, novas estratégias foram adotadas por meio da ampliação do poder estatal, bem como de garantias trabalhistas através de proteções sociais. Para Hotz (2008):

(...) as políticas sociais representam “concessões” conquistadas nos embates entre as classes da sociedade capitalista, evidenciando um elemento contraditório, pois ao fornecerem condições mínimas de sobrevivência, sintetizam-se também como o limite de conquistas numa sociedade burguesa, o que não indica em momento algum, alterações estruturais desta sociedade, servindo à manutenção do trabalho vivo e do consumo, essenciais para a continuidade do ciclo do funcionamento do capitalismo. (HOTZ, 2008, p. 7-8)

O período de recessão econômica instaurou a falta de confiança por parte da burguesia no *laissez-faire* e no liberalismo econômico diante da possibilidade de uma nova crise capaz de abalar os interesses do sistema capitalista. Nesse contexto, o Keynesianismo<sup>2</sup> foi aderido com medidas econômicas de forte intervenção estatal no intuito de trazer estabilidade e dinamismo para a economia capitalista. Conforme destacado por Harvey,

O problema, tal como o via um economista como Keynes, era chegar a um conjunto de estratégias administrativas científicas e poderes estatais que estabilizassem o capitalista, ao mesmo tempo que se evitavam as evidentes repressões e irracionalidades, toda a beligerância e todo o nacionalismo estreito que as soluções nacional-socialistas implicavam. É nesse contexto confuso que temos de compreender as tentativas altamente diversificadas em diferentes nações-Estado de chegar a arranjos políticos, institucionais e sociais que pudesse incomodar a crônica incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições essenciais de sua própria reprodução. (HARVEY, 1992, p.124)

Com esse propósito para Faleiros (1986, p.26) as intervenções estatais serão justificadas por Keynes “segundo ele, é preciso uma estratégia estatal de sustentação do pleno emprego dos fatores de produção e da mão-de-obra para que a demanda ou procura de bens e serviços seja mantida”.

Após o período de crise de 1929-1932, principalmente no pós Segunda Guerra houve forte ascensão e expansão do capitalismo e fortalecimento do fordismo aliado às ideias keynesianas, apresentando avanço industrial e amadurecimento da produção por meio da alta tecnologia, fato que promoveu crescimento econômico e ampliação em regiões responsáveis pela produção mundial. Para isso,

(...) o crescimento fenomenal da expansão de pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos (Keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o

---

<sup>2</sup> Nas palavras de Sandroni (2005, p.56) é a modalidade de intervenção do Estado na vida econômica, com a qual não se atinge totalmente a autonomia da empresa privada, e que prega a adoção, no todo ou em parte, das políticas sugeridas na obra de Keynes.

capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativas ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. (HARVEY, 1992, p. 125).

Assim, proporcionaram-se também alterações no âmbito do trabalho e suas relações sociais conforme observado,

Ao Keynesianismo agregou-se o pacto fordista – da produção em massa para o consumo de massa e dos acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno de ganhos de produtividade do trabalho. O fordismo, então, foi bem mais que uma mudança técnica, com a introdução da linha de montagem e da eletricidade: foi também uma forma de regulamentação das relações sociais, em condições políticas determinadas. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.86).

É nesse contexto e sob as novas formas organizacionais do trabalho que houve o enfraquecimento dos movimentos operários diante do controle do trabalho (HARVEY, 1992). O sistema fordista de produção, aliado à cooperação e disciplina dos operários e o papel do estado, foi capaz de garantir crescimento dos lucros e manutenção do modo de produção capitalista,

E essa forma de organização do trabalho é a marca do período de crescimento e expansão do pós-guerra que vai de 1945-1973, conhecida como a “Era de Ouro” do capitalismo. Sendo a época do surgimento de uma nova institucionalidade para garantir a reprodução do capital, mas para manter o capitalismo, nessa época, foi necessário incorporar as massas, ou seja, oferecer aos trabalhadores estabilidade no emprego, direitos previdenciários, saúde, educação etc.(CORREIA, 2009, p.2).

A dinâmica entre a produção capitalista e as políticas sociais visam ampliar as condições necessárias para a reprodução do capital aliando bem estar, aumento de produtividade e do consumo. Para Correia (2009) “na qual o Estado, capital e trabalhadores assumiram esse compromisso para garantir o capitalismo como sistema de produção, reprodução e dominação social”. Sendo assim:

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativo, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para áreas de investimentos públicos, em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. Vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam

um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. (HARVEY, 1992 p.129)

Diante do contexto histórico relatado, é possível afirmar que as decisões e ações econômicas influenciam nas conduções das políticas sociais, conforme Behring e Boschetti (2011), as quais ressaltam que as políticas sociais relacionam-se com as determinações econômicas, culturais, em cada momento histórico, adquirindo características específicas do momento em que serão utilizadas. Sendo assim, para compreender seus objetivos e ideologia nos dias atuais é preciso enfatizar o contexto histórico em que foram criadas.

Em síntese, de acordo com os autores abordados, existe um consenso acerca do direcionamento entre as ações governamentais e as políticas sociais voltadas não somente para o interesse do bem estar social, mas de forma a atender as demandas do sistema capitalista de produção, sendo que sua aplicação se adéqua às condições e necessidades econômicas vigentes ao período e localidade específicos.

Até aqui foi relatado o surgimento das políticas sociais a nível mundial. A seguir será abordado o papel das políticas sociais no Brasil, bem como o sua influência exercida por meio das intervenções do Estado acerca das políticas voltadas para a educação profissionalizante no país, uma vez que o objetivo principal dessa pesquisa é de analisar tais políticas e sua eficiência proposta na inserção da mão de obra qualificada ao mercado de trabalho, aumento de renda e redução dos níveis de desemprego.

## **1.2. Surgimento das Políticas Sociais no Brasil**

O surgimento das políticas sociais está atrelado às significativas mudanças sociais e econômicas entre o século XVIII e XIX sofridas pela sociedade a partir da Revolução Industrial e do modo de produção capitalista. Diante do domínio do capitalismo sobre os meios de produção e do surgimento da classe proletária, houve alterações significativas no modo de vida da população, como o aumento do consumo decorrente do processo industrial, a ampliação da urbanização e os problemas inerentes a essas mudanças. Nesse contexto, os conflitos frente às disparidades e exploração da classe trabalhadora faz surgir novas formas de organizações acerca da luta de classes como meio de reivindicar e garantir os direitos diante do poder exercido pela classe dominante.

Na medida em que o sistema capitalista avançava, surgia com ele a necessidade de maior organização popular capaz de reivindicar os direitos sociais como garantia de melhores condições de vida diante dos problemas políticos, sociais e econômicos que a sociedade enfrentava na evolução capitalista. Somente através das lutas de classes, os direitos sociais foram reconhecidos ao longo dos tempos e conforme o cenário econômico e social de cada país. Assim, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 10 de dezembro de 1948, surgia o mais importante documento que configura as relações de direitos humanos bem como dos direitos sociais, dessa forma:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que a base dos direitos sociais, além do princípio da dignidade da pessoa humana, é o princípio da solidariedade. Isso porque este princípio proclama que o direito a seguridade social (artigos 22 e 25), o direito ao trabalho e a proteção contra o desemprego (art. 23, item 1), os principais direitos ligados ao contrato de trabalho, como a remuneração igual por trabalho igual (artigo 23, item 2), o salário mínimo (artigo 23, item 3), a livre sindicalização dos trabalhadores (artigo 23, item 4), o repouso e o lazer, a limitação horária da jornada de trabalho, as férias remuneradas (artigo 24) e o direito a educação: ensino elementar obrigatório e gratuito, a generalização da instrução técnico-profissional, a igualdade de acesso ao ensino superior (artigo 26), são os itens elementares, indispensáveis para a proteção das classes ou grupos sociais mais fracos ou necessitados (COMPARATO, 2007, p. 230).

No Brasil, assim como demais países da América Latina, após a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os direitos sociais tiveram maior efetividade, tornando-se presente em todas as Constituições proclamadas no país, mesmo havendo alguns avanços e outros nem tanto quanto às reais necessidades sociais, uma vez que tais direitos visam atender seu cumprimento conforme o período histórico do país, bem como suas influências políticas. Dessa forma, em muitos casos os resultados ficavam aquém da realidade social na qual a sociedade estava inserida.

Apesar das várias Constituições proclamadas ao longo dos anos, representando conquistas quanto aos direitos sociais no Brasil, diante da trajetória dos avanços obtidos, tais conquistas tiveram marco a partir de 1930, em que o país passou por grande transformação econômica de economia rural e essencialmente agrícola para o processo de industrialização, modificando substancialmente o perfil da sociedade.

Somente com o governo do Presidente Getúlio Vargas as políticas sociais começaram a ser reanalisadas a partir de 1930, pois nesse período a dinâmica econômica brasileira começou a ser reinterpretada, e os direitos sociais apresentaram maior efetividade. Como Presidente da República, Getúlio Vargas “criou o Ministério do Trabalho, deu novo

impulso a cultura, preparou novo sistema eleitoral para o Brasil, marcou eleições para a Assembleia Constituinte” (IURCONVITE, 2010, p.5).

Nesse cenário político e econômico, em 16 de Julho de 1934 foi proclamada a terceira Constituição do Brasil. Para Iurconvite (2010), havia uma forte tendência para a conscientização pelos direitos sociais, isso porque em seu Preâmbulo constava que a Constituição de 1934 foi promulgada com o fim de “organizar um regime democrático, que assegure a Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico” (IURCONVITE, 2010, p.4).

No Brasil, os direitos sociais tiveram dois momentos considerados fundamentais e de grande importância como determinantes no que diz respeito aos avanços e conquistas sociais legitimando e garantindo para a sociedade proteção por parte do Estado, sendo o primeiro deles durante o Estado Novo, em 1943, quando é promulgada a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e no segundo momento já em 1988, quando foi promulgada a nova Constituição brasileira pelo Congresso Nacional Constituinte. (JORGE, 2009).

O país passou por grandes transformações e avanços dos direitos sociais, de forma que as mudanças no perfil da sociedade brasileira ampliaram a noção de democracia bem como o nível de oposição ao sistema autoritário vigente, fazendo com que o processo de redemocratização estivesse presente nos diversos setores da sociedade civil. Essa articulação foi relevante para que fosse instalada a Assembleia Nacional Constituinte e a inscrição na Carta Constitucional dos direitos sociais tendo o Estado como responsável em manter o cumprimento dos mesmos para com a sociedade. (JORGE, 2009)

Após o período de ditadura militar (1964-1985), a partir da redemocratização e diante das mudanças sociais e econômicas que marcaram os anos 1980, a sociedade passa a vivenciar maior participação política por meio das organizações representativas dos direitos sociais. Essa nova dinâmica social surgiu a partir da necessidade dos cidadãos de buscar os direitos por meio da luta da classe trabalhadora frente ao avanço do domínio do sistema capitalista.

As políticas sociais no Brasil estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo país em níveis econômico, político e social. São vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos, em outros como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão. (FALEIROS, 1986, p.8).

Considera-se que a Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, consolidou as relações de direitos e deveres entre a representatividade popular e o poder público que assim passou a desempenhar o papel de protetor dos direitos sociais com maior gestão de políticas sociais dos direitos básicos como saúde, educação, trabalho, infraestrutura dentre outros. Assim,

O texto constitucional de 1988 é um marco na democratização e no reconhecimento dos direitos sociais. Articulada com tais princípios, a Constituição alargou o projeto de democracia, compatibilizando princípios da democracia representativa e da democracia participativa, e reconhecendo a participação social como um dos elementos-chave na organização das políticas públicas. De fato, com a Constituição de 1988 a participação social passa a ser valorizada não apenas quanto ao controle do Estado, mas também no processo de decisão das políticas sociais e na sua implementação, em caráter complementar à ação estatal. (SILVA; JACCOUD; BEGHIN, 2005, p.2)

É possível compreender a importância das políticas sociais como forma de garantir e preservar os direitos sociais dos cidadãos a partir da Constituição de 1988 na qual se consolidou como direito universal. Analisando o documento citado, os direitos sociais estão dispostos conforme citado no artigo 6º (BRASIL, 2012, p. 7)

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 2012, p. 7)

Nesse artigo destacam-se os direitos básicos e essenciais capazes de prover as condições mínimas de sobrevivência para os cidadãos, sendo garantia de forma generalizada para toda a sociedade independente de quem se encontra entre a população economicamente ativa<sup>3</sup>. No 7º artigo estão estabelecidos os direitos voltados para a classe trabalhadora, o qual garante os direitos sociais de acordo as relações de trabalho,

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: II – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; III – fundo de garantia do tempo de serviço; IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia,

---

<sup>3</sup> População Economicamente Ativa (PEA): É a população de 14 a 64 anos menos estudantes e pessoas que desenvolvem atividades domésticas não remuneradas. (SANDRONI, 2005, p. 157)

alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; VIII – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; (BRASIL, 2012, p.18).

É possível entender que as políticas sociais possuem o papel de atender às necessidades da sociedade, principalmente à parcela da população que se encontra inserida em condições de pobreza e desigualdade social, dessa forma o Estado passa a intervir com ações e programas ofertando bens e serviços que atendam às carências dos cidadãos, ou seja, cabe ao Estado o compromisso de viabilizar maior igualdade, proteção e oportunidades no cumprimento do dever para com a sociedade a partir da efetivação dos direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988.

Verifica-se que como os demais direitos, a educação passa a ser uma obrigação do Estado para com a sociedade no intuito de criar condições adequadas para que todos tenham acesso à educação de qualidade como elemento fundamental capaz de proporcionar maior inserção social. Para isso, cabe ao Estado formular políticas de cunho social voltadas para formação intelectual e profissional capaz de atender as demandas econômicas do mercado de trabalho, sendo estas responsáveis pelo desenvolvimento do país.

Ao se tratar do papel desempenhado pelo Estado acerca das políticas sociais voltadas para atender às demandas de educação e qualificação para o trabalho, é importante verificar sobre as políticas contemporâneas adequadas na formação profissional conforme os avanços tecnológicos e o novo modelo produtivo. Portanto a reflexão se faz necessária para identificar o papel que as políticas públicas estão representando e sua contribuição para a preparação dos futuros empregados diante da atuação na nova dinâmica do mercado de trabalho.

Sendo assim, no próximo tópico serão abordadas as transformações e a reorganização do mercado de trabalho, diante da globalização econômica e o surgimento das políticas públicas profissionalizantes.

### **1.3. Mercado de Trabalho e Reestruturação Produtiva**

O processo de globalização atrelado ao modo de produção capitalista trouxe profundas alterações sociais e econômicas, ampliando as desigualdades sociais e concentração de renda, além de alterar as relações de trabalho. A partir das revoluções industriais ocorridas ao longo dos tempos, a busca por novos mercados, com a abertura comercial, a automação passa a ocupar o lugar da mão de obra humana, fatos geradores de novas características no

mundo produtivo, por meio do avanço científico e tecnológico e o desenvolvimento das novas relações entre os agentes. Desse modo, para o mercado de trabalho a descentralização produtiva e o desemprego se tornam consequências marcantes desse novo processo. (WERMELINGER, 2009, p. 1)

Segundo Wermelinger (2009), os diversos interesses políticos e econômicos que movem a vida em sociedade passaram por intensas transformações, em que se pode destacar o processo de globalização, na qual se caracteriza por avanço e ciclos e expansão de sistemas produtivos que por sua vez estreitou as relações entre as nações intensificando a competitividade comercial em prol do sistema capitalista. Dessa forma, destaca-se também que:

O neoliberalismo foi um dos pilares fundamentais para que a economia mundial se tornasse global e interdependente. Isto porque, com a ascensão desta corrente, os países abriram suas economias, desregulamentaram seus mercados e, conseqüentemente, mudaram o papel do Estado-nação. Assim sendo, grande parte destes países passou por mudanças estruturais que impactaram diretamente sobre o mercado de trabalho. (RAIMUNDO, 2007, p. 10)

Para entender a situação contemporânea e as consequências no mundo do trabalho, causadas pelo impacto de tais mudanças entre os diversos países, é preciso destacar que a globalização se intensificou ao longo dos tempos e juntamente com o neoliberalismo<sup>4</sup>, foram fundamentais para se chegar a reestruturação produtiva por meio da Revolução Tecnológica. Conforme apresentado: Raimundo (2007, p.10)

Com a intensificação da globalização em finais do século XX, deu-se início também a uma nova fase do processo produtivo com a Reestruturação Produtiva, tendo como base principal a Revolução Tecnológica. Não só os métodos, técnicas e tecnologias foram modificados, mas fundamentalmente o trabalhador, seu perfil e seu próprio pensamento. (RAIMUNDO, 2007, p. 10)

Por meio dessas alterações ocorridas no processo produtivo, bem como no ambiente do trabalho, é possível constatar que para o trabalhador as transformações frente a qualificação da mão de obra passa a exigir maior conhecimento científico e tecnológico conforme os padrões hora impostos pelo novo processo produtivo, uma vez que para se

---

<sup>4</sup> Neoliberalismo: Doutrina político-econômica que representa uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno. (SANDRONI, 2005 p. 295).

adequar à reestruturação produtiva se faz necessário maior capacitação profissional, ampliando as habilidades no âmbito do mercado de trabalho. Diante desse contexto:

A história da globalização está intimamente ligada à história do capitalismo e esse ligado à revolução industrial, de tal forma que para se entender todo processo da globalização necessário se faz analisar de certa forma a história do capitalismo e das revoluções industriais.” (WERMELINGER, 2009, p. 3)

O papel do Estado foi de grande relevância diante da regulamentação social e econômica para que as técnicas fordistas de produção aliadas as estratégias administrativas Keynesianas pudessem trazer estabilidade ao sistema capitalista, porém tal processo sofreu variações entre os países capitalistas de maior avanço, fato capaz de criar grandes insatisfações diante das desigualdades entre a classe trabalhadora, e que gerou tensões sociais e lutas trabalhistas. Mesmo assim o sistema fordista se manteve em expansão no período pós-guerra, sofrendo forte transformação a partir da recessão de 1973.

Com isso, em meio as incertezas e oscilações as quais o sistema capitalista está inserido, o pós segunda-guerra trouxe reestruturação produtiva e profundas transformações econômicas, sociais e políticas, capaz de influenciar o mercado de trabalho a partir dos novos processos produtivos, uma vez que se tornaram inviáveis as técnicas fordistas de produção utilizadas até o momento, logo:

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor do “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. (HARVEY, 1992 p.129)

Diante da reestruturação do capitalismo na década de 1970, os impactos que ocorreram no setor produtivo e de trabalho afetando todo o sistema, fizeram com que o sistema de acumulação capitalista buscasse novos rumos para se manter diante das oscilações de mercado que ameaçava a fase fordista-keynesiana. Foi preciso maior flexibilidade do sistema fordista diante da rigidez anterior imposta pelo mesmo. Dessa forma, os processos produtivos e de trabalho passam a operar sob novas formas de regulamentação, fato de grande impacto para a situação econômica e social. Essa transição Harvey (1992) denomina de acumulação flexível,

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1992, p. 140).

As consequências observadas a partir dessa nova flexibilidade trouxeram fortes impactos para a estrutura no mercado de trabalho, levando as empresas a integrar ao sistema fordista novos padrões de acordo atender à necessidade exigida pela acumulação flexível, segundo Harvey (1992), os empregadores passou a pressionar a força de trabalho exigindo maior capacidade intelectual e habilidade produtiva, o que provocou o aumento dos níveis de desemprego estrutural, forte excedentes da força de trabalho, bem como o enfraquecimento dos movimentos sindicais. Esses fatores serviram como oportunidade para que o empregador pudesse utilizar de contratos flexíveis de trabalho, com pagamentos de salários que não eram compatíveis à função desempenhada pelo trabalhador contratado. Assim destacado por Correia:

Como resultado de todas essas transformações ocorridas no mundo da produção foi o desemprego estrutural da força de trabalho e a crescente precarização das condições de trabalho, como também, forte tendência para a flexibilização das leis e do mercado em relação ao trabalho. (CORREIA, 2009, p. 7).

Com as mudanças ocorridas no sistema capitalista, observou-se forte impacto acerca do processo de produção, bem como na organização do trabalho, uma vez que tais transformações acabaram por influenciar a dinâmica capitalista de produção com maior controle da mão de obra e maior exigência por parte do trabalhador ao desempenhar suas funções produtivas, cabendo a este maior conhecimento científico e tecnológico para poder assim desempenhar com maior qualidade seu papel na produção, características não observadas no sistema de produção fordista.

Como meio de garantir a manutenção do sistema capitalista, essa transição representou mais uma forma de crescimento dos lucros, objetivo fundamental do modo de produção capitalista, observado por Harvey:

O capitalismo é orientado para o crescimento. Uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para a saúde de um sistema econômico capitalista, visto que só através do crescimento os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital, sustentada. Isso implica que o capitalismo tem de preparar o terreno para uma expansão do produto e um crescimento em valores reais (e, eventualmente, atingi-los), pouco importam as

consequências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas. (HARVEY, 1992 p.166)

Outro fator importante observado por Correia (2009), a partir da acumulação flexível no papel do Estado está na perda de autonomia diante das políticas econômicas nacionais, com menor poder voltado para as políticas sociais para não exceder as despesas e comprometer a crise instalada no processo de acumulação capitalista. Dessa forma,

as políticas sociais passam a ser substituídas por ‘programas de combate à pobreza’, que tratam de, segundo seus proponentes ‘minimizar’ os efeitos do ajuste sobre os ‘mais pobres’ ou os ‘mais frágeis’(CORREIA, 2009 apud SOARES, 2003, p.27).

Assim, foi possível observar que tais mudanças influenciaram mundialmente as relações entre empregadores e empregados por meio de regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, utilizando contratações temporárias e parciais. Tais fatores demonstram que mais uma vez o regime capitalista se beneficiou da precarização do trabalho em que este foi submetido, por meio do novo modelo produtivo para garantia da acumulação do capital. (HARVEY, 1993). Segundo Antunes:

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do *desemprego estrutural*, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora. (ANTUNES, 1995, p. 41,42).

E diante dessa mudança e de uma nova organização e processos produtivos e de trabalho, a qualificação profissional passa a ter relevância na formação para o trabalho, o sistema educacional passa pela necessidade de qualificar os cidadãos de forma a atender às novas exigências e necessidades impostas pelo sistema de produção capitalista, atendendo assim a demanda do mercado de trabalho por meio de maior qualificação e conhecimento científico e tecnológico do trabalhador. (JORGE, 2009).

Sendo assim, o trabalhador encontra um novo desafio frente à exigência desse modelo mais qualificado, tendo um perfil com mais habilidade e competência, diante das modernas técnicas hora adotadas no aperfeiçoamento produtivo, logo:

A revolução tecnológica de nossos dias estaria levando à superação do paradigma taylorista-fordista de organização do trabalho, com a supressão do trabalho desqualificado e restrito, e exigindo qualificações novas e mais elevadas. De um lado, a automação, com suas exigências de habilidades e linguagens específicas e, de outro, as novas formas de gestão e organização empresarial demandariam a substituição do trabalho mecânico, repetitivo e sistemático pelo trabalho de características mais criativas. As novas condições técnicas e organizacionais do trabalho estariam exigindo a formação do trabalhador polivalente, multihabilitado, portador de conhecimentos mais elevados e de traços comportamentais requeridos pelo trabalho participativo, cooperativo. (Moraes, 2001, p. 18, apud JORGE, 2009, p. 46).

Conforme destacado anteriormente, o modo de produção capitalista contemporâneo e suas transformações relativas ao processo de trabalho são reflexos das revoluções tecnológicas, de informação e microeletrônica. As inovações e técnicas demandam do trabalhador maior capacidade intelectual, fato gerador de desemprego e precarização do trabalho uma vez que, diante da falta de mão de obra qualificada os empregos temporários e parciais se tornam fatores comuns nos modernos contratos de trabalho. (JORGE, 2009, p. 46).

Wermelinger (2009) destaca que, após a segunda guerra mundial, diante da revolução científica e tecnológica, também denominada de terceira revolução industrial, surge no mundo capitalista a necessidade de se adequar a tais condições se aprimorando com avanço tecnológico e pesquisas científicas para tal fim, como meio de ampliar as condições produtivas.

Associada ao novo modelo de produção, a flexibilidade traz nova tendência para as organizações, fundamental para o novo processo produtivo, pois requer maior informação das condições econômicas e financeiras do mercado, capacidade de análise e retorno de dados relevantes para a tomada de decisões diante da necessidade de se manter frente à concorrência (HARVEY, 1992). Como assim destacou,

O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva; mas, também aqui, podemos ver uma renovação de interesse e de ênfase, já que, num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexíveis (em oposição ao mundo relativamente estável do fordismo padronizado), o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas. (HARVEY, 1992, p. 151).

Sob esse novo paradigma, o fordismo-keynesianismo encontra nova recessão econômica no que diz respeito à regulação e reprodução capitalista, tendo como desafio se adaptar à reestruturação produtiva, uma vez que a rigidez e a produção homogênea já não mais atendiam à demanda de uma nova sociedade com gostos diferenciados que buscava produtos mais variados e heterogêneos fruto dos avanços científicos e tecnológicos (CORREIA, 2009).

Diante dos impactos e transformações promovidos pela acumulação flexível, houve grande destaque para o modelo japonês denominado Toyotismo, pois por meio do avanço técnico possibilitou expansão no processo de produção de acordo a demanda, com produtos diversificados, em oposição ao sistema fordista de produção em série e em massa, com superprodução formando grandes estoques (ANTUNES, 1995).

Esse novo modelo traz novos métodos produtivos e gerenciais que se expande mundialmente servindo de inovação para a reprodução do capital, além de acarretar consequências para a força de trabalho, por meio das exigências quanto ao perfil do trabalhador que passa a ser flexível com utilização do potencial técnico e intelectual. Com isso:

A indústria automobilística japonesa emerge após a segunda guerra com modelo de produção diferente do modelo americano, onde o novo processo gerencial, com hierarquia horizontalizada permite que a informação seja processada em grande velocidade pela equipe gerando um ganho de tempo nas tomadas de decisão, combinado com equipamentos mais sofisticados dá ensejo ao chamado sistema de produção enxuta. (WERMELINGER, 2009, p. 5).

Sendo assim, diante das novas necessidades apresentadas, no toyotismo o operário passa a desempenhar várias funções, com trabalho em equipe, de forma que a exigência por maior conhecimento técnico e a capacitação profissional se faz fundamental para que se tenha um trabalhador com a qualificação exigida frente às novas práticas produtivas. Tal fato observado,

Isto porque os trabalhadores estavam habituados ao antigo sistema e nem sempre dominavam os conhecimentos necessários para atuarem no novo sistema de empregos mais qualificados. Surge assim, um novo modelo de contrato social caracterizado pela integração técnica, subcontratação, fabricação por encomenda, horários modulados, distribuição 'telemática', gestão just in time. Que exige um entendimento entre empresários e sindicatos pautados no compromisso claro e explícito, assentado sobre uma base sólida e duradoura. (WERMELINGER, 2009, p. 5).

Dessa forma, é possível constatar que no capitalismo contemporâneo, o avanço tecnológico agravou a situação do mercado de trabalho diante da intelectualização proveniente da flexibilidade do novo modelo produtivo, sendo assim, ampliou-se o desemprego estrutural, além de outros agravantes mencionados como os contratos temporários ou parciais, precarização do trabalho, baixa remuneração e o surgimento da informalidade como meio de ocupação para aqueles sem emprego formal. (JORGE, 2009).

(...) De outro lado, coloca-se um desafio enorme, dado pela existência de um ser social complexificado, que abarca desde os setores dotados de maior qualificação, representados por aqueles que se beneficiaram com o avanço tecnológico e que vivenciaram uma maior intelectualização do seu trabalho, até aqueles que fazem parte do trabalho precário, parcial, “terceirizado”, participantes da “economia informal”, da subclasse dos trabalhadores. (ANTUNES, 1995, p.88).

Nesse contexto, a influência do cenário econômico e social requer do Estado ações capazes de atenuar os níveis de desemprego nos quais o mercado de trabalho se encontra. Assim, a intervenção do Estado a partir das políticas sociais, se torna de grande relevância como meio de ajustar e equilibrar os processos produtivos e de trabalho no mundo moderno. De acordo Faleiros (1986) “as políticas sociais articulam-se com o processo econômico tanto na manutenção do trabalho como no estímulo à demanda global de bens e serviços no mercado.”

### **1.3.1 – Progresso Técnico e Emprego**

Diante do que foi exposto anteriormente, é possível perceber que com a evolução dos modos de produção, da acumulação capitalista e do avanço técnico, as relações entre os detentores do capital e aqueles que possuem como única alternativa de sobrevivência a venda da mão de obra cada vez mais se estreitam, diante das condições favoráveis ao acesso de uma vida digna com seus direitos básicos garantidos. A reestruturação produtiva acentuou os níveis de desemprego, precarização do trabalho e a incerteza quanto ao futuro para a maioria da sociedade.

A necessidade de transformar o meio em que vive para próprio benefício, acompanha o homem ao longo do seu entendimento de potencial poder de alteração das coisas ao seu redor, assim diversas descobertas e inovações foram ganhando espaço no modo de vida da sociedade, sendo o trabalho o fator relevante para tal transformação e manutenção das necessidades. Conforme destacado por Frigotto (2001), “Nessa concepção de trabalho

também está implícito o conceito ontológico de propriedade - intercâmbio material entre o ser humano e a natureza, para poder manter a vida humana”. E assim, o autor complementa que,

Propriedade, no seu sentido ontológico, é o direito do ser humano, em relação e acordo solidário com os demais seres humanos, de apropriar-se da (o que implica, também, transformar, criar e recriar, mediado pelo conhecimento, ciência e tecnologia) da natureza e dos bens que produz, para produzir e reproduzir a sua existência, primeiramente física e biológica, mas não só, também, cultural, social, simbólica e afetiva. (FRIGOTTO, 2001, p.3-4).

Nesse contexto se percebe quanto útil é o poder da ciência e dos avanços tecnológicos, quando estes são empregados como melhoria de vida da sociedade, buscando ampliar as condições favoráveis que resultem em desenvolvimento, qualidade de vida e principalmente igualdade de acesso.

Logo, por meio do trabalho, o homem estabelece com a natureza seu potencial de transformação, utilizando dos recursos viáveis para tal processo. Desse modo, o trabalho para o homem possui papel relevante, pois é tido como direito ao utilizar seu poder de criação e recriação em prol de melhoria de vida, e por isso não deve encontrar barreiras que dificulte esse acesso. Sendo assim,

O trabalho constitui-se, por ser elemento criador da vida humana, num dever e num direito. Um dever a ser aprendido, socializado desde a infância. Trata-se de apreender que o ser humano enquanto ser da natureza necessita elaborar a natureza, transformá-la, pelo trabalho, em bens úteis para satisfazer as suas necessidades vitais, biológicas, sociais, culturais, etc. Mas é também um direito, pois é por ele que pode recriar, reproduzir permanentemente sua existência humana. Impedir o direito ao trabalho, mesmo em sua forma de trabalho alienado sob o capitalismo, é uma violência contra a possibilidade de produzir minimamente a vida própria e, quando é o caso, dos filhos. (FRIGOTTO, 2001, p.4).

Desde a extinção do modo de produção feudal, o trabalho passou a ser regulado pelas relações capitalistas e o processo de acumulação fez surgir a assimetria entre as classes sociais envolvidas nesse processo. De um lado os detentores dos meios de produção e do outro a classe proletária, possuindo sua mão de obra como único meio de troca para sua sobrevivência frente às necessidades vitais. (FRIGOTTO, 2001).

Nesse contexto, através das relações que envolvem o sistema capitalista, o valor de uso deixa de ser fator central de manutenção das necessidades. O que prevalece são as relações que envolvem o valor de troca tendo o lucro como principal interesse, pois a partir dele a acumulação do capital terá seu objetivo principal alcançado. E dessa forma, diversas

mudanças sociais e econômicas passarão a compor a vida em sociedade, por meio da concentração de renda e das desigualdades sociais que se fazem presentes em todo o mundo. De acordo com Frigotto (2001) “A distinção do trabalho e da propriedade e tecnologia como valores de uso e de troca é fundamental para entendermos os desafios que se apresentam à humanidade nos dias atuais”.

Como visto anteriormente, a luta de classe se configurou como papel importante nas conquistas e garantias dos direitos sociais ao longo dos tempos e diante do crescimento capitalista. A organização social e a luta da classe proletária acompanhou tal crescimento e diante das diversas crises do sistema, se organizaram por meio de representantes sindicais no intuito de lhes garantir os direitos mínimos como garantia de vida, dessa forma,

Com efeito, mesmo com profundas desigualdades e níveis diversos entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, a educação, a saúde, o transporte, o lazer e cultura, a previdência social e o salário desemprego (em algumas poucas nações) passaram a se constituir em direitos sociais dos trabalhadores. (FRIGOTTO, 2001, p.6).

Apesar das desigualdades geradas pelo sistema capitalista e seu poder de regulação sobre o capital e o mercado, sendo o emprego um direito de todo indivíduo, este necessita do papel do Estado como forma de garantir seu direito ao trabalho, diante das crises e instabilidades que o mercado e o sistema capitalista tendem a enfrentar.

Como já observado no tópico anterior, a reestruturação produtiva acentuou os problemas sociais e o mundo do trabalho. A flexibilidade dos processos produtivos atrelados a flexível estrutura administrativa, passou a exigir novo perfil para os empregados e, além disso, ampliou a insegurança no trabalho, a precarização viabilizando novas formas de contratos. Para Frigotto (2001), a crise enfrentada pela sociedade do trabalho, tem suas determinações no poder regulatório do capitalismo frente à sua essência de acumular, concentrar, centralizar e, como consequência, excluir concorrentes e explorar a força de trabalho.

Percebe-se que, ao longo dos tempos, as inovações tecnológicas se configuraram como novo paradigma produtivo, acentuando as necessidades de evolução e inovação por parte das indústrias e do mercado de modo geral. Dessa forma, as condições e capacidade dos fatores de produção serão relevantes para que haja crescimento econômico e para isso, a constante qualificação da mão de obra, fato tão exigido por meio moderno sistema capitalista de produção.

Aliado a isso, a abertura dos mercados dando lugar a expansão e poder de capital das transnacionais por meio da globalização ou mundialização, em especial do capital financeiro e especulativo, fazem com que as sociedades nacionais percam o controle do próprio capital, viabilizando a vantagem e o ganho acumulativo financeiro cada vez maior em detrimento da manutenção da sociedade salarial e das garantias de acesso ao trabalho.

Outro fator de grande relevância e ameaça para a sociedade salarial está no monopólio da ciência e da tecnologia, que para Frigotto (2001) significa “ao setor produtivo ter crescimento com incremento de capital morto e diminuição do capital vivo – força de trabalho.” Nesse contexto o autor destaca a preocupante situação enfrentada pela sociedade contemporânea conforme descrito abaixo,

As políticas neoliberais e a hegemonia do capital especulativo de um lado e, de outro, o desenvolvimento produtivo centrado sobre a hipertrofia do capital morto, isto é, ciência e tecnologia, informação como forças de produção, acabam desenhando uma realidade onde encontramos: **Desestabilização dos trabalhadores estáveis.** Essa desestabilização dá-se pela intensidade na exploração e pela permanente ameaça da perda de emprego. **Instalação da precariedade do emprego.** Mediante a flexibilização do trabalho, trabalho temporário, terceirização, etc. **Aumento crescente dos sobrantes.** Trata-se de contingentes não integrados e não integráveis ao mundo da produção. (FRIGOTTO, 2001, p.8).

Alban (1999), também busca tratar de questões associadas à revolução tecnológica e a insegurança no mundo do trabalho, ao abordar o paradoxo existente entre o progresso técnico e a acentuada incerteza acerca da inserção no trabalho, pois enfatiza o crescimento com ampliação dos ganhos produtivos, porém sem geração de emprego.

A microeletrônica representou grande avanço da revolução tecnológica com flexibilização dos sistemas produtivos, a gama de informações e a capacidade de armazenamento e processamento dos dados dentro da organização, com esse novo paradigma, resultava na agilidade e rapidez da qual as empresas necessitavam para as grandes negociações, se tornando mais competitiva no mercado. Tudo isso sem necessitar da quantidade de trabalho humano anteriormente empregado. (ALBAN, 1999).

Assim a automação flexível cada vez mais presente do processo produtivo se expande para os demais setores das empresas, diminuindo os custos e com eles a participação humana em diversos processos gerenciais, de forma que até mesmo para aqueles com maior capacitação se tornou difícil se manter nas funções desempenhadas anteriormente, agora o potencial dos eletrônicos passava a fazer o serviço. Como bem observado abaixo,

Com a microeletrônica, as máquinas-ferramenta de controle numérico se tornam não apenas mais baratas, como também mais poderosas e flexíveis. Utilizando potentes microprocessadores, elas passam a poder operar com várias ferramentas ao mesmo tempo, tornando-se ainda mais universais. Além disso, com maior capacidade de memória, passam a armazenar diretamente as instruções para a fabricação, facilitando, ou mesmo eliminando, o trabalho humano de operação. (ALBAN, 1999, p. 193).

Dessa forma, como abordado anteriormente, a flexibilidade do novo paradigma exige novo perfil do trabalhador que, diante do modelo que se instala, requer maior capacitação acerca dos conhecimentos intelectuais e técnicos para se adequar as exigências do mercado e do processo organizacional das empresas. Assim, o sistema de produção toyotista significou forte ameaça para o rígido sistema fordista de produção, fato que fez com que os países centrais buscassem adequar a reestruturação produtiva com mais flexibilidade nos processos com grande impasse frente estruturas organizacionais e tradicionais de sua equipe. (ALBAN, 1999).

Conforme observado, diante desse contexto segundo Alban (1999), a falta de investimento com ganhos de produtividade superiores ao processo rígido do sistema fordista, sem geração de emprego, está associada à estrutura que a microeletrônica utiliza de recursos produtivos com menores custos, salvo na transição do primeiro para o segundo processo. As plantas diminuíram e mesmo diante das inovações, o novo paradigma requer uma transformação criativa. Em consequência a partir de meados dos anos 80, é possível constatar que a automação flexível já faz parte do paradigma mundial produtivo, e mesmo diante dos investimentos suficientes para retomada do crescimento os índices de desemprego tendem a se tornar superiores ao mesmo.

E diante do que foi exposto, é possível ressaltar que todo esse processo de transição e reestruturação produtiva no mundo capitalista deixou influências para todos os países em desenvolvimento, assim como no Brasil, pois, o atraso na evolução tecnológica e a baixa capacidade dos fatores de produção, geram impactos e dependência externa para alcançar o desenvolvimento produtivo e científico capaz de ampliar o crescimento econômico. Logo a intervenção do Estado se fez necessária por meio de políticas públicas e econômicas voltadas para novo equilíbrio entre o crescimento econômico e o mercado de trabalho.

Com isso, é possível observar que o Brasil precisa encontrar condições que possibilitem avanços em pesquisas, investimentos nas áreas científicas e tecnológicas, além de uma educação de qualidade para os cidadãos, visando estreitar as disparidades sociais e econômicas existentes. De acordo tais questões levantadas, no próximo capítulo será feita uma abordagem histórica acerca do mercado de trabalho no Brasil, bem como as

consequências causadas pela falta de mão de obra qualificada e as ações de políticas públicas voltadas para atenuar as necessidades de educação profissional.

## **2. POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO NO BRASIL**

No capítulo a seguir busca-se desenvolver a trajetória histórica acerca da formação e modernização do mercado de trabalho no Brasil, bem como o papel do Estado durante todo esse processo, relacionando com a situação atual das políticas sociais voltadas para a educação profissional e a criação de programas para essa finalidade. Assim, tal abordagem servirá como base de análise do programa PRONATEC sendo esse o tema para o capítulo seguinte.

### **2.1 – Breve Abordagem Acerca do Mercado de Trabalho no Brasil**

Para entendermos as características marcantes do mercado de trabalho brasileiro, é preciso recorrer aos fatos históricos que contribuíram para sua formação. Profundas transformações políticas e sociais ocorreram no século XIX como fatores importantes de compreensão acerca da organização econômica e do trabalho no Brasil.

Assim, a mesma se subdividiu em quatro períodos marcantes, sendo eles: o período colonial, até 1808, cuja produção e cultivo dos produtos como açúcar, café e algodão, tinham como objetivo abastecer o mercado europeu, a transição no período compreendido 1850 a 1930, a nacionalização do mercado de trabalho de 1930 a 1980 e o período atual da economia.

Vale ressaltar, que nos quatro primeiros séculos da história brasileira, não existia leis que regulamentava as relações de trabalho. Na economia escravista colonial, alguns serviços de criadagem obedeciam às disposições contidas nas Ordenações Filipinas<sup>5</sup> do instituto português de 1603.

Segundo Barbosa (2016), o período de formação econômica do Brasil conhecido como colonização, tinha como principal objetivo a obtenção de lucros através da exploração dos recursos naturais e da mão de obra que dispunha as terras brasileiras. No início a mão de obra utilizada era a dos índios, mas eles eram em pouca quantidade e ainda tinha seu número

---

<sup>5</sup> As *Ordenações filipinas* - o mais bem-feito e duradouro código legal português - foram promulgadas em 1603 por Filipe I, rei de Portugal, e ficaram em vigência até 1830. São formadas por cinco livros, sendo o último deles dedicado inteiramente ao direito penal.

reduzido por contas das epidemias. Com isso, se tornava necessária utilização de mão de obra escrava. Assim destacado por Theodoro (2009, p. 92) “O Brasil escravista contava, no início do século XIX, com três milhões de habitantes dos quais 1,6 milhão eram escravos; havia 400 mil negros e mulatos libertos e um milhão de brancos, o que significa que os escravos representavam mais de 50% da população”.

Sendo assim, de acordo a expansão das atividades, e o lucro obtido por meio da utilização da mão de obra escrava, foi necessária a vinda de negros escravos para realizar o trabalho nos engenhos. Segundo Barbosa,

Quando olhamos para as atividades nucleares da colônia açúcar, ouro, algodão etc. O que salta aos olhos é a predominância do trabalho escravo. Se agricultura exportadora foi o nervo econômico da colonização tendo sido a mineração uma transição para o aniquilamento e a atividade extrativa se caracterizado por não ter a propriedade territorial por base, ela teria contado com a disponibilidade de trabalho escravo para o seu sucesso comercial. (BARBOSA, 2016, p. 3).

O período da escravidão foi marcado por muita violência. Em função do estilo de vida dos escravos, muitos tiveram suas vidas ceifadas por não suportar o modo de vida ao qual eram submetidos nos trabalhos destinados nos grandes latifúndios, pois dormiam em senzalas, comiam alimentos de péssima qualidade, recebiam castigos físicos e punições principalmente para aqueles que se rebelavam. Eram vendidos como se fossem mercadorias e não tinham liberdade religiosa.

Igualmente também ocorreu com as mulheres, pois foram escravizadas e executavam atividades domésticas para os donos de engenho. Os filhos de escravos também tinham que trabalhar por volta dos oito anos de idade. Importante ressaltar que muitas revoltas e rebeliões foram necessárias como forma de resistência ao modo de exploração imposta nesse período.

A Revolução Industrial foi um dos fatores determinantes para o fim da escravidão. A falta de consumidores assalariados fez com que a Inglaterra exercesse pressão para o fim da mão de obra escrava no intuito de gerar demanda ampliando o mercado consumidor, dessa forma em 1850 a abolição do tráfico foi o marco de transição para o trabalho livre. (Theodoro, 2009, p. 93), assim, o Brasil foi o primeiro país a sofrer pressão, pois era o que mais se destacava na compra de escravos.

A concentração de escravos e terras condicionaria a organização da produção, e caracteriza o tipo de mão de obra disponível no Brasil. Uma mão de obra estratificada, com péssimas condições de trabalho, isso revela que os problemas enfrentados pelo mercado de trabalho brasileiro tem origem estrutural, formaram-se com a colonização, os grandes

latifúndios e as desigualdades sociais. O trabalho escravo durou até a abolição da escravatura, e mesmo depois deixou suas marcas diante das oportunidades para oferta da mão de obra, conforme destacado por Barbosa (2016, p.6) “O mercado de trabalho não nasceu de chofre no Brasil. Foi um longo parto. A Abolição não significou a emergência do trabalho assalariado. Deu lugar a várias formas de trabalho não escravo”.

Para concretizar a abolição da escravatura, nas palavras de Gonçalves (2015), é possível sintetizar as leis que contribuíram para o fim da escravidão no Brasil. Tem-se a Lei do Ventre Livre, no qual declarava que todos os filhos de escravos nascidos a partir daquela data estariam livres. Seguindo, foi proclamada a Lei dos Sexagenários, declarava libertos todos os escravos acima de 60 anos. Por fim, em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou a lei Áurea que aboliu a escravidão no Brasil. "Áurea" quer dizer "de ouro" e a expressão refere-se ao caráter glorioso da lei que pôs fim a essa forma desumana de exploração do trabalho. Esses acontecimentos marcam,

uma ruptura na história econômica e social do Brasil. Com a proibição efetiva do tráfico de escravos, o principal fator de produção (que era ao mesmo tempo fonte de capital e de trabalho) tornava-se escasso, configurando uma nova situação que Furtado (1959, p.141) chamaria de “inelasticidade da oferta de trabalho”. (BARBOSA, 2016, p. 7).

Diante desse contexto, após a abolição da escravidão, percebe-se que mesmo estando livres, as oportunidades de emprego para ex-escravos se tornam difíceis, uma vez que nas regiões com maior desenvolvimento econômico se predomina a utilização da mão de obra internacional, cabendo aos trabalhadores livres se agruparem nas regiões com menor poder econômico. Dessa forma, com essa transição,

No Brasil, a abolição significará a perda de espaço de trabalho para os ex-escravos. Em sua grande maioria, eles não serão assalariados. Com a imigração massiva, os ex-escravos vão se juntar aos contingentes de trabalhadores nacionais livres que não têm oportunidades de trabalho senão nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia de subsistência das áreas rurais ou em atividades temporárias, fortuitas nas cidades. (THEODORO, 2009, p. 96)

Percebe-se que no período compreendido entre 1880-1930, o mundo do trabalho é marcado por diferenças na qualificação, no desenvolvimento de regiões de acordo suas peculiaridades e principalmente nos salários. Apesar da abolição da escravatura, as condições de trabalho eram diferenciadas para os grupos de trabalhadores imigrantes e os brasileiros livres, estes na maioria das vezes continuaram com a cultura de subsistência ou servindo aos

grandes proprietários de terras (THEODORO, 2009). Nesse período mão de obra era composta por brancos e europeus contratados para os trabalhos nas indústrias brasileiras sob situação de sobrevivência precária sem higiene, trabalho infantil, baixos salários e longas jornadas de trabalho (GONÇALVES, 2009).

Nos anos seguintes, vários acontecimentos contribuíram para uma mudança estrutural no mercado de trabalho brasileiro, pode-se resumi-los, nas palavras de Gonçalves (2015). Um dos maiores exemplos da representação sindical no movimento operário foi a primeira grande greve brasileira ocorrida na cidade de São Paulo em julho de 1917. A reação do governo foi a de adotar medidas arbitrárias, como a prisão de grevistas, a expulsão de imigrantes e o espancamento de manifestantes.

A sociedade clamava por condições dignas de trabalho. Um marco importante no reconhecimento dos direitos trabalhistas surge, em 1919, com a **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, responsável por disseminar, em escala universal, a proteção ao trabalho como um direito social. Segundo, em 1923, surge o **Conselho Nacional do Trabalho (CNT)** na qualidade de órgão meramente consultivo do Estado em assuntos referentes à organização do trabalho e previdência social. Em 1925 é publicada a **Lei de Férias**, assegurando a determinadas categorias o período de quinze dias de férias. Em 1926, uma reforma constitucional delegou ao Congresso Nacional a competência de legislar sobre o trabalho, atribuição antes conferida a cada Estado da União. (GONÇALVES, 2015).

A partir dos anos 1930, aconteceu uma verdadeira revolução no mundo do trabalho. Nesse período nova estruturação se deu no mercado de trabalho, de forma que os empregos passaram a ser assalariados e sofreram maior expansão em sua formalização, tendo a garantia dos direitos estabelecidos a partir da legislação trabalhista. (JORGE, 2009). Assim, no governo de Vargas houve de fato a consolidação de uma política trabalhista no Brasil, conforme destacado por Gonçalves,

Um dos primeiros atos do Governo Provisório após a Revolução de 1930 foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1932, foi instituída a Carteira Profissional (atual CTPS), para os trabalhadores do comércio ou da indústria, maiores de 16 anos. Em 1935 foi publicada a chamada Lei da Despedida Injusta, que assegurava ao trabalhador uma indenização na ausência de prazo para a terminação do contrato ou na despedida sem justa causa. Grande parte de seus dispositivos seria incorporada mais tarde na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Atendendo aos preceitos constitucionais, foi definida em 1939 a organização da Justiça do Trabalho, que contaria, na instância inferior, com as Juntas de Conciliação e Julgamento; na segunda instância, com os Conselhos Regionais do Trabalho e, na última instância, com o Conselho Nacional do Trabalho. (GONÇALVES, 2015, p.11,12)

Todas essas mudanças representaram a atuação do Estado acerca da regulamentação do trabalho no Brasil. Esse novo paradigma representa a estruturação da força de trabalho para fortalecimento econômico do país por meio do processo industrial, Segundo Theodoro,

Do ponto de vista da ação do Estado, o período 1930-1970 se apresenta como particularmente interessante. De fato, os anos 1930 inauguram a intervenção estatal do tipo desenvolvimentista. O Estado brasileiro vai se engajar diretamente no processo de modernização econômica. O investimento estatal introduz as bases da nova economia, aquela que deveria libertar o país de seu atraso secular. De todo modo, questões como o emprego, o desemprego e o subemprego não estavam diretamente colocados. O crescimento econômico seria condição necessária e suficiente para fazer com que o país saísse de sua condição de subdesenvolvimento, o que implicaria a absorção da maior parte da mão-de-obra nas atividades ditas modernas. (THEODORO, 2009, p.109)

A partir de 1930 o Brasil passou por mudanças políticas e econômicas capazes de lançar o país nos moldes de desenvolvimento nacionalista por meio do crescimento industrial, consolidando o projeto nacional de industrialização aliado às conquistas frente às relações de trabalho. Esse período duraria até a crise de 1980 conforme observado por Marangoni (2012),

No intervalo de cinco décadas, o Brasil deixou de ser uma economia agroexportadora e importadora de manufaturados para se tornar uma sociedade industrial moderna. Essas características eram definidas por uma cadeia produtiva diversificada e articulada e uma classe operária numerosa e qualificada. O motor dessa transformação foi a decidida ação do Estado como indutor e planejador econômico. No final do ciclo, estávamos integrados à economia mundial como um país periférico de renda média. (MARANGONI, 2012, p. 4).

Os anos 1980 representaram para os países desenvolvidos um momento de profunda reestruturação econômica, social e política diante da instabilidade nas instituições financeiras e a crise do petróleo comprometendo todo o processo de acumulação capitalista (HARVEY, 1992), fatos que prejudicaram o projeto de desenvolvimento dos países periféricos que dependiam do capital estrangeiro. Segundo Marangoni (2012) “Os tempos de créditos fartos a juros baratos no mercado internacional acabavam ali. Estavam em xeque modelos de desenvolvimento apoiados em altas doses de endividamento externo”.

Diante desse contexto o mercado de trabalho sofreu grande retração em função da crise que se instalou no Brasil, acentuando o nível de desemprego e agravamento do desenvolvimento econômico e social. Em função disso,

O colapso do padrão de financiamento da economia brasileira no início dos anos 80, por conta da crise da dívida externa, levou à adoção de um conjunto de programas de ajustes macroeconômicos, que até hoje inviabilizaram a retomada do crescimento econômico sustentado. No cenário de estagnação, de fortes e rápidas oscilações econômicas e num contexto hiperinflacionário, o país terminou rompendo com a tendência de estruturação do mercado de trabalho inaugurado ainda nos anos 30. (POCHMANN, 2002, p. 71, apud JORGE, 2009, p. 37).

Por não dispor mais dos recursos para financiamento da economia e para poder arcar com o pagamento da dívida externa, o Brasil passa a adotar medidas de reajustes econômicos no intuito de ampliar o superávit comercial por meio da substituição de importações e aquecer o mercado interno ampliando o consumo dos produtos industriais nacionais. (JORGE, 2009).

As consequências para as ações adotadas deixaram impactos no mercado de trabalho, diante da retração nos níveis de emprego, no processo produtivo, por não haver uma equiparação nos níveis de qualidade dos produtos industrializados, uma vez que os mesmos não estavam inseridos à concorrência do mercado mundial. Além disso, o atraso nos avanços científicos e tecnológicos por não acompanhar as demais economias produtivas internacionais e seus processos evolutivos para tal processo, ocasionando um déficit nos padrões tecnológicos para o país. Assim observado por Jorge (2009),

Somou-se a um desemprego estrutural histórico, um fenômeno relativamente novo, relacionado ao desemprego decorrente do esgotamento de um ciclo de expansão. Ou seja, ocorreu uma mudança na natureza do desemprego no Brasil. Além do problema da incorporação da mão-de-obra no mercado de trabalho, ocorreu também a expulsão de um contingente significativo de trabalhadores do mercado formal em consequência da crise econômica. (JORGE, 2009, p. 38).

Em suma, Theodoro (2009, p.112) destaca algumas características que marcaram os anos 1930 a 1980 e que considera fundamental para melhor compreensão acerca do mercado de trabalho no Brasil, sendo elas: o aumento da concentração da população nas cidades proveniente do êxodo rural, concentração da pobreza nas grandes cidades, surgimento das favelas e de atividades informais como comércio ambulante, serviços pessoais e domésticos, sendo que essa situação se mostra mais acentuada em algumas metrópoles de regiões menos desenvolvidas, acentuando assim as desigualdades regionais. Conforme apresentado,

Em geral, como já foi colocado, estes anos podem ser considerados como marcados por uma crise econômica prolongada, resultado sobretudo do aprofundamento de alguns problemas estruturais vivenciados pelo país após o primeiro choque do petróleo, em 1973. São o aumento da inflação, o crescimento da dívida interna e externa e a elevação das taxas de juros que

causaram a queda nas taxas de investimento e a recessão. (THEODORO, 2009, p. 112).

Somente a partir da década de 1990, diante da crise econômica instalada, que afetou drasticamente o mercado de trabalho, nova política econômica rever a necessidade de abertura financeira e comercial como forma de ampliar as condições de recuperação do desenvolvimento econômico do país. Tal observação diz que,

A política econômica dos anos 90 passa a estar pautada pela liberalização do mercado financeiro nacional, com o objetivo de atrair volumes de capitais que hoje circulam cotidianamente nas bolsas de valores e nos mercados de commodities, e pela abertura indiscriminada do mercado interno à concorrência externa. Os efeitos do novo contexto econômico sobre o mercado de trabalho formal foram claramente negativos. (Dedecca, 1998, p.152, apud JORGE, 2009, p. 38).

Diante desse contexto, percebe-se que o papel do Estado é de suma importância como regulador das relações que envolvem a economia do país e o mercado de trabalho, o que implica nas ações macroeconômicas segundo Theodoro (2009) “Uma maior abertura ao mercado externo, uma política de contenção do gasto público, políticas de crescimento ou políticas recessivas têm seguramente impactos significativos sobre o sistema de emprego”.

Sendo assim, percebe-se que historicamente o mercado de trabalho no Brasil é formado por grande desigualdade em função da sua modernização no qual ocasionou acentuada estratificação social, com concentração de riqueza, exclusão social e falta de oportunidade de emprego para a demanda de mão de obra no país.

Com isso, busca-se uma análise acerca da atual situação do mercado de trabalho no Brasil bem como as medidas adotadas pelo Estado como meio de proporcionar oportunidades de acesso e inclusão visando atenuar os desequilíbrios sociais que se acentuou ao longo da sua história.

O próximo tópico traz como abordagem o papel desempenhado pelo trabalhador como forma de se adequar às modernas exigências e competição do mercado de trabalho. Sendo assim, busca-se analisar a importância da capacitação profissional como ferramenta de inserção.

## 2.2 - Capacitação e Empregabilidade

Conforme abordado no capítulo anterior, as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, a partir da reestruturação produtiva e do avanço tecnológico acentuaram as inovações frente às relações produtivas, ampliando os níveis de desemprego e o surgimento do mercado informal, assim como o processo de desigualdade social e concentração de riqueza.

Diante desse novo paradigma, surge a exigência de um novo perfil para o trabalhador, sendo esse mais qualificado e capaz de deter maior conhecimento, de forma que possua habilidades para desempenho das funções dentro da empresa. Isso se faz necessário como forma de inserção e manutenção no mercado de trabalho. Assim, quanto maior o conhecimento mais chances de conseguir se inserir nos moldes do novo processo de produção.

Dois fatos de grande relevância impulsionou a busca por capacitação nos últimos anos. O primeiro deles foi a revolução tecnológica a partir do conhecimento técnico e científico, que juntamente com a globalização despertou a atenção das empresas para a qualidade e produtividade dos serviços ou produtos ofertados. Dessa forma, houve a necessidade de valorização do capital humano intelectual, e como consequência, trouxe transformações profundas para o mercado empregatício.

O segundo fato responsável foi o alto índice de desemprego, contudo, é necessário que os profissionais se qualifiquem cada vez mais para atender as exigências do mercado, pois diante desse novo modelo, se torna ainda mais difícil encarar as condições adversas da competitividade, assim destacado,

O aumento da competitividade passou a ser o grande desafio das empresas, refletindo-se diretamente na qualificação dos trabalhadores sob aspectos de conhecimento, habilidades e atitudes. Isso faz com que aumente a preocupação dos profissionais em buscar desenvolvimento constante, visando aumentar o seu nível de empregabilidade. (BRAGA, 2001, p. 33)

Nesse sentido, é elementar afirmar que a capacitação tem ligação direta com a empregabilidade. Para entendermos isso, é necessário analisarmos alguns conceitos sobre a empregabilidade, uma vez que o assunto é abordado por vários autores, destacando os requisitos a serem desenvolvidos pelos profissionais.

Malschitzky define empregabilidade como sendo: A busca constante do desenvolvimento de habilidades e competências agregadas pela via do conhecimento

específico e pela multifuncionalidade que tornam o profissional apto para obtenção do trabalho dentro ou fora da empresa (MALSCHITZKY, 2004, p. 44).

Nesse conceito, a autora ressalta que a capacitação tem por objetivo manter seu emprego, e caso seja necessário tornar o profissional sempre acessível para o mercado de trabalho. Assim descreve as necessidades que os profissionais devem adquirir para melhorar sua empregabilidade:

Para aumentar a empregabilidade, os profissionais precisam estar aptos do ponto de vista técnico, gerencial e intelectual, humano e social para solucionar com rapidez problemas cada vez mais sofisticados e específicos. Torna-se vital, portanto, a obtenção de novos conhecimentos, múltiplas habilidades e boa reputação para que o profissional possa oferecer e vender seus serviços e empresariar seus talentos. (MALSCHITZKY, 2004, p. 46).

Com isso, percebe-se que o século XXI traz como tendência novo perfil para o profissional, pois tem como foco aquele que seja proeminente, tendo uma gama de conhecimentos com capacidade para trabalho em equipe, percepção, iniciativa, agilidade, disponibilidade, além de possuir equilíbrio emocional diante das situações adversas dentro da empresa. (BARCELLOS; PEDROSO, 2010, p.16). Logo, seu sucesso dependerá da gama de características acima citadas, para assim ser o diferencial dentre os demais. Dessa forma define-se como empregabilidade a “capacidade de um profissional de manter-se empregável, adaptando-se às novas necessidades do mercado, prestando serviços que satisfaçam os clientes. É fundamental a busca constante do desenvolvimento de habilidades e competências.”.

Observa-se que diante da competitividade bem como as exigências por uma mão de obra mais polivalente que envolve o mercado de trabalho, as condições de se conseguir um emprego nos dias atuais se tornam cada vez mais difíceis, pois as empresas visam por um empregado que tenha maior capacidade, habilidades e competência em atender às suas necessidades. Logo, cabe ao trabalhador a responsabilidade para estar inserido nesse contexto.

“O trabalhador precisa manter-se competitivo no mercado de trabalho; por isso, deve se preocupar em fazer cursos complementares à educação básica, de forma continuada para sua qualificação e atualização. Por isso também deve adquirir as competências necessárias para driblar um contexto bem mais excludente. O simbolismo que vem carregado na noção de competência intenta fazer do trabalhador um sujeito não-reagente, portanto disciplinado frente às exigências do mercado de trabalho. Esse é um aspecto importante para a análise da educação profissional no País”. (FERREIRA, 2006, p.16, apud JORGE, 2009, p. 48).

Em uma mesma visão, temos a de Braga (2001) o qual considera em sua definição que,

Empregabilidade é entendida como uma capacidade individual de manter-se trabalhando e obtendo remuneração, ou de conseguir novo trabalho remunerado, através de conhecimentos, habilidades e atitudes adequados às exigências feitas pelo contexto onde está inserido o profissional (BRAGA, 2001 p.39).

O termo empregabilidade mesmo sendo recente no Brasil tem se adequado e é bastante apropriado para o momento em que se encontra a economia, em virtude do desequilíbrio econômico e do aumento do nível de desemprego na economia brasileira. Agora, mais importante que apenas obter um emprego, é tornar-se empregável, manter se competitivo em um mercado em constante mutação e em meio a grande desigualdade de oportunidades.

Analisando os conceitos acima, diante da abordagem que o indivíduo é responsável pela sua qualificação como meio de se adequar às novas exigências e conseguir uma oportunidade no mercado de trabalho, e com base nesse preceito, cabe ressaltar que os mesmos têm relação com a Teoria do Capital Humano, pois a mesma defende a ideia de que o desenvolvimento econômico está atrelado ao nível de educação a qual a sociedade está submetida, sendo esse um dos fatores determinantes para o aumento da produtividade e consequentemente do melhor desempenho social e econômico do país.

Dentro dessa perspectiva, a Teoria do Capital Humano busca explicar o aumento produtivo e desenvolvimento de um país por meio do investimento educacional e qualificação da mão de obra. Para isso, estabelece tal relação a partir do conhecimento adquirido pelos indivíduos como fator determinante para ampliar a capacidade produtiva, aumentando assim o nível de renda e a qualidade de vida da sociedade, traçando a ligação entre o sucesso pessoal e o progresso da nação por meio da capacitação profissionalizante dos agentes produtivos.

Na década de 1960, em sua obra O Capital Humano: Investimentos e Educação e Pesquisa (1971), o autor Theodore Schultz traz em sua análise a ampliação do conceito de capital, evidenciando que o investimento em capital humano, por meio da educação, se tornou na moderna economia capitalista, um dos fatores fundamentais de investimento capaz de possibilitar as economias modernas maior capacidade rumo ao desenvolvimento econômico, uma vez que para isso, a ampliação das técnicas promove ampliação da capacidade produtiva. O resultado é uma mão de obra preparada e qualificada para atender às demandas da modernização. Schultz deixa claro que a capacidade para produzir depende de investimento

em novos modelos de planejamento que segundo o autor:

Uma abordagem de investimento estou convencido disto, é necessária para pensar-se sobre o crescimento econômico. Nesta abordagem, o estoque de capital é aumentado pelo investimento, e os serviços produtivos do capital adicional fazem aumentar a renda, o que assinala a essência do crescimento econômico. (SCHULTZ 1971, p. 13,14)

Por meio dessa abordagem, foi possível uma fundamentação diante de investimentos nas áreas voltadas para educação e capacitação profissional, na qual passou a fazer parte das ações para adequação e melhoria dos recursos humanos frente à contribuição produtiva. Para Schultz o crescimento econômico está associado à capacitação humana, de forma que mesmo diante do aumento de outros fatores como insumos e bens de capital, responsáveis pela ampliação e melhoria da produção, o fator humano passa a ter papel relevante quando este possui uma atenção maior voltada para aumento do conhecimento. Fato também destacado por Sanchis (1997),

O crescimento econômico depende do desenvolvimento tecnológico que, por sua vez, exige maior nível de trabalho qualificado. Isto acontece porque com o desenvolvimento tecnológico reduz-se o número de postos de trabalho de baixo nível de qualificação, requalifica-se uma parte significativa dos empregos já existentes, aparecendo novos empregos mais qualificados. Daí se deduz a necessidade de se incrementar o percentual da população escolarizada, o que trará efeitos benéficos tanto para a sociedade quanto para os indivíduos. (SANCHIS, 1997, p. 210, apud JORGE, 2009, p. 49).

Os conceitos de empregabilidade à luz de vários autores, leva a entender que o indivíduo é responsável pelo seu auto desenvolvimento sendo fundamental a preocupação em se capacitar e buscar uma nova estratégia de mudança na postura pessoal e profissional. Sendo assim, o conhecimento passa a ser o instrumento para atenuar as desigualdades de oportunidades e melhoria das condições de vida.

Porém, vale ressaltar que outros aspectos devem ser considerados além da capacitação profissional, uma vez que vários fatores políticos, econômicos, sociais tendem a afetar a capacidade de empregabilidade, o que nem sempre irá diminuir o índice de desemprego no país, como bem observado diante das oscilações econômicas a qual está submetido o sistema capitalista. Conforme destacado por Ferreira (2006),

No decorrer da década de 1990, a condição do emprego não foi superada, e cada vez mais pessoas escolarizadas também sofrem da falta de emprego. Pode-se afirmar que há, na realidade concreta, uma diminuição da

importância da escola como canal de mobilidade social ascendente; em contrapartida, domina o fetiche da escolarização como passaporte para conseguir um emprego. O que se pode inferir desse contexto tomado pelo déficit de emprego é que, com o aumento da competitividade, a certificação tornou-se importante porque é um instrumento de negociação entre o capital e o trabalho. (FERREIRA, 2006, p.133, apud JORGE, 2009, p. 50).

Dessa forma, cabe analisar o papel das políticas públicas no Brasil voltado para a educação profissionalizante com o objetivo de solucionar os níveis de desemprego e melhoria das condições sociais da população. No tópico a seguir serão verificadas quais as condições e programas criados pelo governo para essa finalidade.

### **2.3 – Breve Histórico das Políticas Profissionalizantes no Brasil**

Conforme abordado anteriormente, diante da modernização produtiva e dos impactos causados no mercado de trabalho, a competitividade para se alcançar uma vaga de trabalho se tornou cada vez mais difícil, uma vez que as empresas buscam por profissionais com maior qualificação e habilidades e maior capacidade de agregar desenvolvimento para as organizações. Sendo assim, a qualificação profissional passa a ter papel fundamental de inserção ao mercado de trabalho e inclusão social para a classe mais pobre da sociedade.

Com base nessa nova configuração, a intervenção do Estado se faz necessário a partir da articulação entre as políticas sociais e os desequilíbrios de acesso ao mercado de trabalho por meio de programas de educação profissionalizantes. Sendo assim, no Brasil, no intuito de atender as necessidades básicas da sociedade em relação a assistência social, saúde, educação, habitação e segurança, tal regulação faz com que novas políticas sejam criadas para atenuar os efeitos das desigualdades e garantir os direitos sociais da população. (SOUZA, 2016).

Ao abordar as políticas de educação profissionalizantes no Brasil, faz-se necessário observar a trajetória histórica de planejamento a qual tais medidas foram estabelecidas diante da situação política, econômica e social do período, bem como suas influências para que os cursos de qualificação pudessem preparar a mão de obra ociosa no intuito de atender a modernização produtiva por meio da implantação da indústria no país.

Após a Proclamação da República, em 1889, diante da necessidade de maior apoio popular, o então presidente provisório Marechal Deodoro da Fonseca, em divulgação do plano de governo republicano, tratou de utilizar como estratégia o compromisso de desenvolvimento do país por meio de ações que viabilizasse o fortalecimento da economia, através da indústria no país, tendo como enfoque o projeto de acesso à educação, garantindo assim possibilidade

de inserção social para aqueles que não dispunham de condições econômicas, e, portanto, se mantinham a margem da sociedade. Dessa forma, a educação passa a ser prioridade no novo programa de governo republicano. Com isso,

Ao lado das ideias de governabilidade democrática, descentralização política, industrialização e outras, a organização de um sistema educacional nacional estava inserida no rol das soluções viáveis ao encaminhamento da expansão e modernização do país que ia se reestruturando e cada vez mais se urbanizando. (KUNZE, 2009, p. 11).

O Brasil estava em fase de mudança em sua economia produtiva, deixando de ser agro-exportador para dar lugar à fase de industrialização. O surgimento da indústria alterou significativamente o contingente de pessoas oriundas das áreas rurais para a cidade. A urbanização e o grande número de pessoas em busca de trabalho demonstrou que havia a necessidade de maior educação para essa mão de obra despreparada para ocupar os postos de trabalho. Logo, o governo justificou junto ao Congresso Nacional a urgência em se criar postos de ensino profissional como forma de preparar os futuros trabalhadores, dando condições de ampliar a capacidade produtiva dos mesmos. (Kunze, 2009).

Nesse contexto, segundo Kunze (2009, p. 12), o governo “propunha o oferecimento do ensino industrial, agrícola e comercial nos estados e na capital federal por parte do governo da União, mediante acordo com os governos estaduais para pagarem a terça parte das despesas.” E assim, com o apoio do poder legislativo, surge a primeira política de educação profissionalizante do Brasil, tendo em vista a demanda por mão de obra qualificada para atender a necessidade da indústria emergente no país.

Dessa forma, por meio do Decreto nº. 7.566, do dia 23 de setembro de 1909 o Presidente da República, Nilo Procópio Peçanha, criou a Escola Prática de Aprendizes de Oficina, sendo distribuídas várias escolas pelas capitais do país, formando-se com isso uma rede federal de educação profissional.

Diante das determinações normativas de acesso aos cursos ofertados, fica estabelecido que a política de educação teve como pretensão atender a parcela da sociedade desprovida de recursos financeiros, e que por esse motivo era considerada como ameaça para o desenvolvimento do país, sendo necessário que os mesmos fossem educados para que pudessem adequar ao processo de modernização social e econômico vigente no país. Conforme destacado pela autora,

Logo, aos olhos do dirigente do país, os ex-escravos, mendigos, negros, loucos, prostitutas, rebeldes, desempregados, órfãos e viciados, que se avolumavam com o crescimento das cidades, precisavam ser atendidos, educados e profissionalizados para se transformarem em obreiros, em operariado útil incapaz de se rebelar contra a Pátria (KUNZE, 2009, p. 15).

Dessa forma, é possível observar que a educação profissional no Brasil teve seu início marcado pela disparidade socioeconômica da população. O acesso aos cursos ofertados seria destinados para a classe pobre a desempenhar o trabalho manual das fábricas e para a elite o trabalho intelectual com acesso aos cursos de nível educacional com formação em áreas burocráticas no intuito de ingressar setores governamentais e de poder decisório de gestão.

Apesar de sua estruturação representar para o discurso político do governo republicano fator favorável de progresso do país, as condições as quais a EFP estava condicionada para sua manutenção sofreu impactos em seu desenvolvimento, segundo Rodrigues (2015, p.4), devido questões políticas e interesses particulares como clientelismo<sup>6</sup> e patrimonialismo<sup>7</sup>, servindo de obstáculos à efetividade da política educacional.

Outro momento da política brasileira influenciou no processo da educação, destacado por Rodrigues (2015). A ditadura da Era Vargas na década de 1930 fez com que mudanças das políticas públicas implementadas por Getúlio Vargas, desvincularam a responsabilidade do Estado como promotor das políticas educacionais profissionalizantes, ficando estas sob a responsabilidade do poder econômico industrial. Logo,

A situação de insulamento da formulação de políticas foi agravada em 10 de novembro de 1937, quando Getúlio Vargas suspendeu as eleições democráticas e impôs uma nova Constituição no país. A Carta de 1937 declarava (art.129) que indústrias e sindicatos deveriam levar as escolas de aprendizagem para filhos de empregados e associados, enquanto a educação básica (educação “pré-profissionalizante”) para os pobres era “essencialmente dever do Estado” (RODRIGUES, 2015, p. 4)

Com isso, houve grande impasse entre os líderes do governo e a resistência por parte do setor industrial em assumir os custos relativos ao financiamento e apoio econômico para as políticas de EFP, porém após forte pressão por parte do governo Vargas e diante da expansão industrial que o país se encontrava, ficou estabelecido sob contribuição compulsória, o

---

<sup>6</sup> Clientelismo: Ação ou fato de um político ou partido político procurar ampliar seu eleitorado utilizando processos mais ou menos demagógicos e favoritistas. (DICIONÁRIO ONLINE).

<sup>7</sup> Patrimonialismo: Tipo de organização política em que as relações subordinativas são determinadas por dependência econômica e por sentimentos tradicionais de lealdade e respeito dos governados pelos governantes. (DICIONÁRIO ONLINE).

imposto para financiar a política educacional brasileira. Dessa forma os órgãos Confederação Nacional da Indústria (CNI) e à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) acataram a decisão,

Em 22 de janeiro de 1942, ao emitir o Decreto-Lei 4048 para criar o SENAI, o Executivo federal estabeleceu um imposto setorial e regional no qual todas as indústrias deveriam pagar uma contribuição compulsória mensal de “2.000 réis por empregado por mês”, constituindo, dessa forma, um fundo para financiamento da EFP que seria administrado pela corporação de empregadores. Dessa forma, o sistema S foi lançado e, com ele, a CNI e a Fiesp acabaram assumindo a paternidade de uma política da Educação e Formação Profissional que estava perfeitamente ajustada às suas necessidades e interesses sem a interferência dos trabalhadores, sindicatos ou do Estado.(RODRIGUES, 2015, p.5)

Dessa forma, é possível observar que o modelo de educação profissional implementado no Brasil, uma vez financiado pelo poder do setor industrial do país, se tornou fator relevante para atender ao interesse do setor produtivo, ampliando a lacuna entre a educação profissional e a educação regular. Apesar disso, os cursos profissionais representaram uma oportunidade de se acender socialmente e fazer parte da mão de obra qualificado capaz de atender a demanda industrial vigente no país.

O modelo alemão de treinamento vocacional serviu de modelo para que o Brasil adotasse ao sistema de EFP, porém com grande distinção a partir da participação nas decisões por parte dos trabalhadores frente às decisões relacionadas ao sistema de treinamento, assim como a forma de financiamento do mesmo, fato determinante para que o modelo adotado no país não sofresse grandes alterações ao longo dos tempos, como observado abaixo,

Em contraste ao modelo alemão, o sistema de formação de competências no Brasil não foi moldado pela forma como os trabalhadores definem seus interesses. Nos últimos setenta anos, as corporações industriais (Fiesp e CNI) têm desempenhado um papel preponderante na tomada das decisões do sistema de competências, principalmente para implementar os programas de EFP. Por isso, a coalizão que deu sustentação política ao Sistema S desde a sua fundação não teve interesse em promover uma mudança institucional significativa ao longo do tempo, em termos das funções do sistema EFP brasileiro. (RODRIGUES, 2015, p. 6).

O período de democracia populista no pós-guerra (1945-64) fez ressurgir a militância operária e a mobilização sindical gerando pressão e ameaça para os líderes industriais, diante desse contexto ampliou-se o volume de investimentos para a EFP, porém sem nenhuma forma de fiscalização por parte dos trabalhadores, ficando estes aquém de qualquer tipo de participação no processo. (Rodrigues, 2015).

A mudança acerca da situação quanto ao acompanhamento e fiscalização dos recursos destinados para o sistema de educação profissional tomou novos rumos a partir do período militar (1964-85), por meio de reformas administrativas como forma de avaliar a administração de tais recursos pelo sistema S. Assim:

Em 21 de novembro de 1966, os militares criaram o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) (decreto 72/1966), que, entre outras funções, visava controlar, administrar e alocar os fundos que eram coletados pelos impostos da folha de pagamento. A criação do INPS representou uma adaptação importante em relação às mudanças no ambiente político e econômico no qual o governo militar estava inserido: com ela, os militares podiam controlar e supervisionar os recursos financeiros do Sistema S e como eles eram distribuídos e gastos. O INPS administrou esses recursos de 1966 a 1990. (RODRIGUES, 2015, p. 7).

O período militar representou mudanças significativas para a educação profissional com a ampliação do número de Escolas Técnicas de Nível Médio (Etecs) e de Faculdades de Tecnologia (Fetecs), ambas de grande importância para o processo industrial e de avanço tecnológico e científico no qual o Brasil precisava. Segundo Rodrigues (2015), “mudanças importantes tanto no desenho da organização curricular da educação profissional de nível técnico e do ensino médio regular, quanto com relação à rede de escolas técnicas federais foram introduzidas com o processo de democratização do regime – apesar de a estrutura do Sistema S permanecer a mesma.”.

O governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, estabeleceu por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a separação entre a organização curricular de educação profissional de nível técnico com relação ao ensino médio regular, porém ao revogar essa medida, o presidente Luis Inácio Lula da Silva estabeleceu mudanças importantes para o sistema educacional brasileiro, dessa forma,

(...) quando Luiz Inácio Lula da Silva regulamentou os artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que tratavam da educação profissional (art. 39) e da educação profissional técnica de nível médio (art. 40 e 41), em 2004. Desta forma, em 2004, foram instituídas três formas de articulação da educação profissional técnica com o ensino médio (integrada, concomitante e subsequente), assim como as “etapas de terminalidade” (articuladas entre si), que possibilitam a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho, após sua conclusão (art. 6). (RODRIGUES, 2015, p. 7).

Mudanças ocorridas também com relação ao número de escolas técnicas e sua ampliação pelo Brasil por meio do governo federal, fez com que: “de 140 escolas, em 2002,

para 366 unidades, em 2010; a meta do governo federal é atingir o número de 562 escolas em 2014”, segundo Rodrigues (2015). Ainda no governo Lula, o modelo administrativo sobre o sistema de imposto sobre a folha de pagamento, recurso destinado para manter a EFP, deixa de ser da responsabilidade do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS),

A partir de 2 de maio de 2007, durante a administração Lula, a Receita Federal assumiu as atribuições do INSS de controlar e alocar os fundos de impostos do Sistema S; naquele momento, a Controladoria Geral da União (CGU) já se encarregava de inspecionar e fazer auditoria dos fundos do Sistema S. De qualquer forma, o argumento de que os fundos coletados pelo modelo de impostos do Sistema S são públicos (e devem ser administrados como tais) baseia-se no fato de que estes têm sido administrados, distribuídos e inspecionados por instituições públicas (como INPS, INSS, Receita Federal, CGU). (RODRIGUES, 2015, p.8).

Diferentemente de países como Coréia, Alemanha e México, onde os programas de EFP são de responsabilidade do governo tanto em sua implantação como seu financiamento, destinados para qualificação e requalificação de trabalhadores visando o desenvolvimento de recursos humanos, no Brasil, até 2008 tais programas eram ofertados em sua maioria por instituições privadas de ensino, promovendo a exclusão da maioria dos trabalhadores informais ao acesso da educação profissional e conseqüentemente atenuando as condições de desigualdade social.

A partir do acordo firmado entre o governo do presidente Lula e as instituições do sistema S (SENAI, SESI, SENAC e SESC), ampliou-se a oportunidade de acesso aos cursos de formação continuada ou profissionalizantes e os cursos técnicos para pessoas de baixa renda. Sendo assim,

Consubstanciado no decreto 6.635, de 5 de novembro de 2008, esse acordo estabeleceu a ampliação anual e progressiva do atendimento gratuito a estudantes de baixa renda, “preferencialmente, trabalhador, empregado ou desempregado, matriculado ou que tenha concluído a educação básica” (art.68). Para isso, no caso do SENAI, tal decreto passou a vincular o valor correspondente a dois terços da sua receita bruta de contribuição compulsória para vagas gratuitas, evoluindo, anualmente, de 50% em 2009 para 66,6% a partir de 2014. (RODRIGUES, 2015, p. 8).

Atualmente o programa PRONATEC representa a nova política de educação profissionalizante do Brasil, para isso o MEC/SETEC em parceria com as instituições do sistema S, visando promover a inclusão social e acesso ao mercado de trabalho por meio da qualificação para jovens e adultos e baixa renda. Diante da evolução acerca do processo educacional profissionalizante, faz-se necessário uma análise da contribuição que essa política

tem gerado e se de fato atende aos objetivos propostos, uma vez que se trata de política pública voltada para diminuir as desigualdades sociais. Tema abordado no tópico a seguir.

### **3 - PRONATEC – PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO**

O propósito deste capítulo consiste em apresentar a política de educação e qualificação profissionalizante por meio do PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, implantado no Brasil, tendo como objetivo demonstrar que o mesmo foi utilizado pelo governo diante da tentativa de amenizar a desigualdade social, ampliando as condições necessárias para o acesso ao emprego, mediante cursos profissionalizantes. Dessa forma, busca-se analisar se de fato os objetivos contemplados no programa conseguem ser atingidos de acordo sua proposta de formulação.

#### **3.1. Surgimento do Programa PRONATEC**

Após ser sancionada a Lei 12.513/2011 no dia 26 de outubro de 2011, a partir da iniciativa do governo federal, a então Presidenta da República Dilma Rousseff criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), como estratégia de acesso ao mercado de trabalho, a partir da Educação Profissional e Tecnológica. Essa medida utilizada pelo governo teve como objetivo principal a capacitação da mão de obra de cidadãos de baixa renda, viabilizando atender às modernas exigências produtivas do mercado de trabalho.

Com base nesse objetivo, foi desenvolvido por meio de projetos e ações apoio financeiro e técnico através dos diversos cursos ofertados pelas instituições de apoio ao programa. (CASSIOLATO, GARCIA, 2014). Assim com a aprovação da Lei nº 12.513/2011 foi possível garantir um número de acesso aos cursos de capacitação profissional para a classe de baixa renda além de poder atender à demanda exigida pelo mercado produtivo frente ao crescimento produtivo e à necessidade por mão de obra qualificada para tal.

Conforme publicado pelo SENAC (2012), essa política tem como responsável o Ministério de Educação (MEC) que por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) visa articular para que os projetos e ações possam ser postos em prática, e para isso, possui diversas instituições federais, públicas e privadas, que atuam na oferta dos cursos estando estes localizados em boa parte dos estados do Brasil, sendo eles: Institutos Federais (IFs), Cefets, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades, Sistemas

Estaduais, Municipais e Distrital de Educação e o Sistema “S” (SENAR, SENAI, SENAC).

Os objetivos do PRONATEC serão apresentados conforme a Lei nº 12.513/2011(BRASIL, 2011):

#### Artigo 1º

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e à distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;

III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;

IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

#### Artigo 2º

O PRONATEC atenderá prioritariamente:

I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;

II - trabalhadores;

III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e

IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.

#### Artigo 4º

O PRONATEC será desenvolvido por meio das seguintes ações:

I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica;

II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional;

III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;

IV - oferta de Bolsa-Formação, nas modalidades:

a) Bolsa-Formação Estudante; e

b) Bolsa-Formação Trabalhador;

V - financiamento da educação profissional e tecnológica;

VI - fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação à distância;

VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;

VIII - estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e

IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego.

X - articulação com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM. (BRASIL, 2011)

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, faz parte de uma das cinco iniciativas descritas nas ações do PRONATEC com a construção, por

parte do governo federal, de mais 422 unidades de Institutos Federais de Educação, totalizando 562 unidades à disposição da população desde 1909 até 2014 (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2012).

Diante das ações que integram o PRONATEC, o governo federal ampliou as redes estaduais como forma de garantir maior oferta dos cursos de qualificação aliados ao ensino médio, dando continuidade ao Programa Brasil Profissionalizado, contando com a participação dos estados por meio dos repasses de recursos proveniente do Governo Federal, para que assim fosse possível garantir as reformas estruturais e ampliações necessárias para ofertar os cursos técnicos profissionalizantes aos alunos matriculados no ensino médio (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2012).

Por meio das unidades de ensino dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT) e instituições de educação profissional vinculada ao sistema estadual de ensino, foi criada a Rede e-Tec Brasil, no intuito de ofertar cursos de qualificação profissional à distância. Esta constitui mais uma iniciativa do governo frente às ações que compõem o programa de educação profissionalizante, assim como a gratuidade na oferta de cursos destinados a estudantes e trabalhadores de baixa renda, por meio dos Serviços Nacionais de Aprendizagem como SENAI e SENAC, que diante dos recursos obtidos a partir das contribuições compulsórias, destina-se a garantir a ampliação cada vez maior no número de vagas disponíveis para o público alvo em questão.

Além das ações que já eram desempenhadas anteriormente por meio da SETEC/MEC, diante do intuito de democratizar o acesso ao ensino técnico e profissional, foram incorporadas ao programa novas ações como: Projeto Bolsa-Formação e o Fies Técnico e Fies Empresa. Assim além da oferta de cursos técnicos para estudantes do ensino médio, são ofertados cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional, no intuito de integrar e possibilitar ao indivíduo maior acesso ao campo de trabalho.

**Figura 1 – Tipos de Cursos**



Fonte: Portal MEC

Os cursos técnicos são ofertados em três formas distintas, sendo que cada um deles está voltado para um público específico (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2012):

Os cursos técnicos concomitantes são aqueles destinados para alunos que estejam no ensino médio e de preferência que sejam matriculados no ensino público.

Os cursos técnicos integrados: São ofertados já articulados ao ensino médio, destinados aos alunos que tenham interesse em iniciar o ensino médio com o curso técnico associado e os cursos técnicos subsequentes que tem como público alvo os alunos concluintes do Ensino Médio e seu acesso dependerão da nota no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sendo ofertado por meio do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTEK).

Quanto aos cursos de formação profissional não possuem um público específicos sendo estes voltados a quem possa interessar.

Para isso, o MEC elaborou um guia de cursos PRONATEC de cursos FIC que de acordo documento oficial do MEC tem como objetivo servir de instrumento relacionando os cursos ofertados conforme apresentado abaixo:

O Guia Pronatec de Cursos FIC é o documento que relaciona os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e orienta a oferta no âmbito do Pronatec/Bolsa Formação, conforme dispõe a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, em seu artigo 5º, parágrafo 1º. Os cursos contam com carga horária de, no mínimo, 160 horas e são organizados em 12 eixos tecnológicos.

Para os interessados em se inscrever em algum dos cursos ofertados, sendo eles

cursos técnicos ou de qualificação profissional, devem se dirigir a um dos órgãos demandantes como os Institutos Federais, SENAI e SENAC conforme sua localidade, de acordo ao perfil e local específico para que seja realizada assim a inscrição conforme as vagas disponíveis ofertadas pelo PRONATEC nas instituições parceiras com base nas informações disponíveis de acordo ao Portal do MEC.

O PRONATEC surge por meio do conjunto de medidas e ações do novo projeto político que teve início com o governo do presidente Lula a partir de 2003, no qual fazia parte não só a preocupação com a estabilidade econômica e controle da inflação, mas também no novo modelo de desenvolvimento buscando enfrentar as desigualdades sociais e econômicas vigentes.

A década de 1990 foi marcada pela transição de políticas desenvolvimentista e nacionalista para um novo modelo com e pensamento para a orientação neoliberal nos governos Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), sendo adotadas políticas econômicas pelo presidente FHC com privatizações de empresas estatais, manipulação das taxas de juros para controle da inflação além da busca pela competitividade por meio da abertura para os mercados internacionais. Esse modelo não só trouxe baixo índice de crescimento econômico como acentuou o aumento do desemprego bem como os índices de pobreza no Brasil. De acordo Silva:

“o governo Lula teve em seu início um forte apelo à noção de mudança, seja pela própria origem do presidente, ou pelo discurso que pregava a necessidade de uma transformação radical nas estruturas sociais do Brasil, com ênfase na diminuição das desigualdades sociais.” (SILVA, 2009, p. 18).

O desafio do governo Lula em formular políticas sociais contou com maior participação da sociedade civil nos debates e projetos de políticas públicas capaz de promover maior equidade e justiça social, permitindo assim a inclusão social e ainda fosse capaz de gerar desenvolvimento econômico. No que diz respeito às políticas sociais foram criados os programas de educação profissionalizante tendo como foco a população de baixa renda com difícil acesso ao trabalho, no intuito de ampliar tais condições.

Segundo Ribeiro (2014, p.143), no que diz respeito às políticas neoliberais, “Embora na década de 1990 os impulsos para a liberalização da economia tenham retardado a viabilização de políticas sociais, tem-se um novo cenário a partir de 2003”. Apesar de manter semelhança ao plano de governo do presidente FHC nas políticas econômicas adotadas, Lula suspende as políticas de privatização e amplia apoio para as atividades industriais através do

Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de assumir o compromisso com iniciativas voltadas para questões de combate à pobreza.

Fazendo parte do projeto de governo de Lula pregando a necessidade de ações que atenuem as desigualdades sociais, em 2011 a presidente Dilma Rousseff assume o poder seguindo com as políticas macroeconômicas de controle da inflação, redução do endividamento do setor público além de ações capazes de acelerar o crescimento econômico (RIBEIRO, 2014). Porém mantendo os programas sociais de transferência de renda para as populações mais carentes. Ou seja,

Em 2011, com o apoio de Lula, Dilma Rousseff é eleita, firmando o compromisso de dar continuidade às políticas macroeconômicas. Apesar de ter sofrido críticas quanto a estar “à sombra” de seu antecessor, Dilma logo imprimiu sua postura na condução do governo, tendo recebido altos índices de aprovação nos dois primeiros anos. Defensora da orientação desenvolvimentista, mesmo diante do agravamento da crise internacional, Dilma garantiu a implementação de políticas para promover o aquecimento da economia, tais como: valorização do salário mínimo, redução das taxas de juros e do IPI, aumento do benefício do Programa Bolsa Família, retomada do PAC 2, Programa Brasil Maior e o Pronatec. (RIBEIRO, 2014, p. 145).

Com base nessa política desenvolvimentista e no intuito de promover o aquecimento econômico visando à inclusão social, o governo federal aprovou a Lei no 12.513, de 26 de outubro de 2011, que criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) com objetivos de: i) expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; ii) fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; iii) contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; iv) ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; v) estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica e; vi) estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

Com base nessa premissa, é possível destacar que a conjuntura histórica foi fator relevante para a aprovação do projeto de lei PRONATEC uma vez que o mercado sentia a falta de mão de obra qualificada capaz de atender às necessidades produtivas. Nesse contexto,

Algumas empresas declaravam a necessidade de importar trabalhadores qualificados como condição para não frear o crescimento econômico que se dava em taxas bem superiores as vigentes na década anterior. O desemprego passou a cair de forma sistemática e a formalização das relações de trabalho crescia ininterruptamente. Assim entidades empresariais passaram a pressionar o governo para liberar a contratação de trabalhadores técnicos e profissionais graduados de outros países, enfrentando a oposição do movimento sindical, em particular de suas principais centrais que viam, nessa possibilidade, a perda dos melhores postos de trabalho para imigrantes estrangeiros. (BARBOSA; FARIA; LIBERATO, 2015, p. 6).

Além das necessidades de mercado destacadas acima, o PRONATEC surge com cumprimento da meta de nº 11 do Plano Nacional de Educação (PNE), e que segundo Barbosa, Faria e Liberato (2015, p. 6), essa meta “consiste em triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público (Lei no 13.005 de 25 de junho de 2014)”.

O programa visa ampliar a oferta gratuita de cursos técnicos de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada (FIC). Conforme iniciativas destacadas abaixo por Barbosa, Faria e Liberato (2015, p. 6):

- 1. Bolsa-Formação:** oferta de cursos gratuitos para estudantes do ensino médio (cursos técnicos – Bolsa-Formação estudante) e para trabalhadores (cursos FIC Bolsa-Formação trabalhador).
- 2. Expansão da Rede Federal de EPT:** promoção da expansão da Rede Federal (Institutos Federais, na maioria), com o objetivo de ampliar a oferta de educação técnica.
- 3. Brasil Profissionalizado:** ampliação da oferta e fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio nas redes estaduais.
- 4. Acordo de Gratuidade com o Sistema S:** ampliação progressiva da aplicação dos recursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, recebidos da contribuição compulsória, em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores.
- 5. Rede e-Tec Brasil:** oferta de cursos técnicos e FIC na modalidade a distancia.

Diante das iniciativas do programa PRONATEC apresentadas acima, a pesquisa tem como foco a Bolsa Formação como base de análise do nível de contribuição causada pelo programa no que diz respeito à reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho e dos alunos que participaram da qualificação profissionalizante oferecida pelos cursos à disposição. Conforme destacado,

A Bolsa-Formação é uma das iniciativas dentro do Pronatec que possibilita o acesso a cursos presenciais, realizados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por escolas estaduais de Ensino Profissional e Técnico (EPT) e por unidades de serviços nacionais de aprendizagem integrantes do Sistema S. Há dois tipos de Bolsa-Formação: a “Estudante” e a “Trabalhador”. Na Bolsa-Formação “Estudante”, os cursos técnicos possuem carga horária igual ou superior a 800 horas e são destinados a alunos regularmente matriculados no ensino médio público, para a formação profissional técnica de nível médio, na modalidade concomitante. Já a Bolsa-Formação “Trabalhador” oferece cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), também denominados de qualificação profissional, a pessoas em situação de vulnerabilidade social e trabalhadores de diferentes perfis. Em ambos os casos, os beneficiários tem direito a cursos gratuitos, alimentação, transporte e material didático instrucional necessário. (BARBOSA; FARIA; LIBERATO, 2015, p. 7).

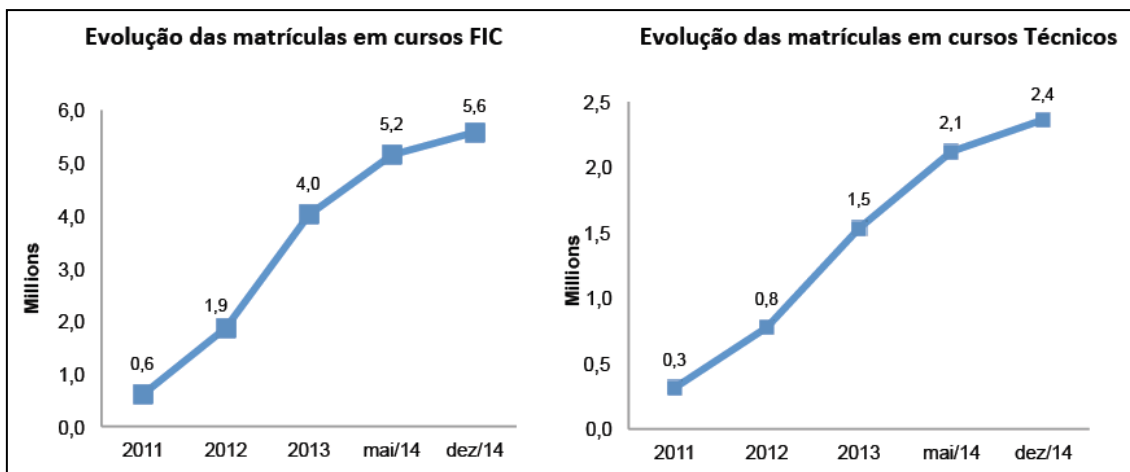
Nota-se, portanto, que o PRONATEC possui como objetivo principal estimular oportunidades de emprego e renda e possibilitar o acesso ao mercado de trabalho, para pessoa de baixa renda e com vulnerabilidade social. Por meio dos cursos profissionalizantes, dinamiza-se a qualificação profissional como meio de redução dos níveis de desemprego, contribuindo para que o cidadão esteja apto às exigências e conhecimentos essenciais para o mercado de trabalho.

Diante do propósito apresentado anteriormente, a pesquisa traz no próximo tópico apresentar o levantamento de dados relativos à evolução dos níveis de matrículas efetuadas desde a implantação do programa PRONATEC em 2011 até 2014 de acordo as fontes consultadas, e posteriormente avaliar o desempenho do programa em Vitória da Conquista.

### **3.2 – Dados do PRONATEC**

Os dados a seguir foram realizados tendo como recorte temporal os anos entre 2011 e 2014, de forma que este levantamento destaca que foram ofertados 158 cursos técnicos e 638 cursos FIC (Formação Inicial e Continuada), distribuídos da seguinte forma: Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Produção Industrial, Recursos Naturais, Segurança e Turismo, Hospitalidade e Lazer.

**Gráfico 1 – Evolução das matrículas nos cursos PRONATEC.**



Fonte: Ministério da Educação (2015)

Os cursos são ofertados em escolas públicas federais, estaduais e municipais, assim como nas unidades de ensino que integram o sistema S SENAI, SENAC, SENAR e SENAT e também nas instituições privadas tanto de ensino superior quanto de educação profissional técnica de nível médio.

**Tabela 1 – Evolução das Matrículas no PRONATEC: 2011 a agosto de 2014.**

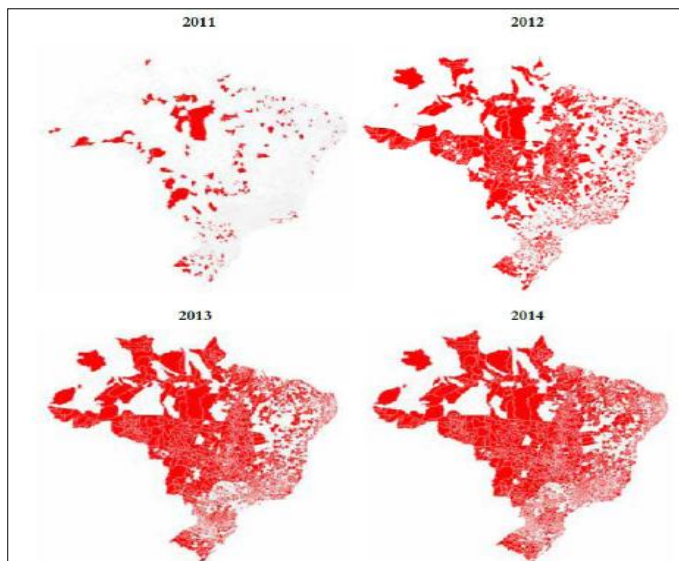
Cursos Técnicos	2011	2012	2013	2014	Total
<b>Bolsa-Formação</b>	0	101.225	287.293	584.473	986.436
<b>Brasil Profissionalizado</b>	82.823	79.770	84.953	58.640	298.704
<b>E-TEC</b>	27.159	56.498	103.332	22.152	209.141
<b>Acordo Sistema S</b>	85.357	102.807	157.117	127.655	472.936
<b>Rede Federal de EPCT</b>	118.515	120.504	127.887	90.039	457.111
<b>Cursos FIC</b>					
<b>Bolsa-Formação</b>	22.821	530.703	1.238.512	996.116	2.786.241
<b>Acordo Sistema S</b>	583.624	733.721	905.852	602.969	2.826.166
<b>Total</b>	<b>920.299</b>	<b>1.725.228</b>	<b>2.904.946</b>	<b>2.482.106</b>	<b>8.036.735</b>

Fonte: Ministério da Educação (2015)

De uma forma geral, observa-se expansão no total do número de matrículas entre 2011 (90.299 mil) e 2013 (2.904 milhões), porém em 2014(2.482 milhões), ocorre considerável desaceleração. Sendo que as matrículas em cursos FIC estão mais concentradas em instituições do Sistema S.

Em termos de cobertura territorial, o programa consegue se ampliar por todo o território nacional entre o período de 2011 a 2014. Em 2012, 606 municípios brasileiros já ofertavam os cursos do Pronatec, alcançando uma cobertura em 2014 de 4.025 municípios do Brasil, conforme demonstrado,

**Figura 2: Cobertura Territorial Programa PRONATEC**



Fonte: Ministério da Educação (2015)

Diante da ampla adesão por parte dos municípios ao programa de educação profissionalizante, o governo buscou ampliar as oportunidades educacionais garantindo a infraestrutura física para suportar o andamento e processo de crescimento de matrículas nas regiões implantadas. Entre 2011 e 2014, por meio do PRONATEC, foram realizadas mais de 8,1 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de qualificação profissional, em mais de 4.300 municípios. Em 2015 foram mais de 1,3 milhão de matrículas. (MEC, 2015)

Com base nessas informações, o município de Vitória da Conquista servirá como território espacial para análise acerca do desempenho quanto ao programa PRONATEC, bem como os resultados obtidos em prol dos alunos participantes do mesmo.

### **3.2.1 – Caracterização do Município de Vitória da Conquista**

De acordo informações da SEI (2016), o município de Vitória da Conquista faz parte do Território de Identidade Sudoeste Baiano que tem como demais municípios: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo e Tremedal. Vitória da Conquista foi criada pela Lei Provincial nº 124 de 19/05/1840.

Vitória da Conquista faz limite com os municípios de Anagé, Planalto, Barra do Choça, Itambé, Ribeirão do Largo, Encruzilhada, Candido Sales e Belo Campo, constituindo

assim uma área total de 3. 704,0 km<sup>2</sup> (SEI, 2016). A mesma possui distância de 503 km de Salvador, capital do Estado, e tem como principais rodovias de acesso as BR -116 e BR- 407, além do Aeroporto. A mesma está localizada entre as coordenadas aproximadas de latitude 14°51'58'' e longitude 40°50'22'', devido sua altitude média de 923m acima do nível do mar, possui clima subúmido a seco.

Conforme divulgação, o censo do IBGE em 2010, Vitória da Conquista era o 3º município em termos de população do estado da Bahia, com 306. 866 números de habitantes distribuídos entre 274.739 nas áreas urbanas e 32.127 residentes em áreas rurais do município constatando assim um índice de 89,5% de urbanização que se acentuou ao longo dos tempos.

Quanto ao gênero, segundo a SEI (2016) “Na decomposição por gênero, a população era majoritariamente do sexo feminino, ou seja, em números absolutos eram 158.987 habitantes do gênero feminino e 147.879 do sexo masculino.” Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2016 o município passaria por aumento populacional de 12,8% em relação ao ano de 2010, ficando com 346,069 habitantes, importante salientar, segundo Atlas Brasil (2013), que “entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 1,77%. Na UF, esta taxa foi de 1,08%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 84,78% para 86,66%”, conforme apresentado na tabela abaixo:

**Tabela-2 População Total, por Gênero, Rural/Urba - Município – Vitória da Conquista – BA**

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	222.165	100,00	260.261	100,00	306.866	100,00
População residente masculina	107.519	48,40	126.456	48,59	147.879	48,19
População residente feminina	114.647	51,60	133.805	51,41	158.987	51,81
População urbana	188.351	84,78	225.545	86,66	274.739	89,53
População rural	33.814	15,22	34.716	13,34	32.127	10,47

Fonte: Atlas Brasil, (2013)

Observa-se que, diante do crescimento do município, a urbanização se acentuou, ampliando o índice de pessoas oriundas da zona rural para o zona urbana em busca de melhores condições de vida, trabalho e renda.

Diante das mudanças na estrutura etária da população, entre o período de 1991 a 2010 observa-se além do crescimento populacional urbano o processo de envelhecimento da população, o que significa segundo Atlas Brasil (2013), “razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total”, passando assim de 4,26% para 6,94% respectivamente. Enquanto a razão de dependência, “que é o percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente), em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa)”, passou de 70,49% para 46,96% respectivamente, como observado na tabela abaixo,

**Tabela-3 Estrutura Etária da População - Município – Vitória da Conquista – BA**

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	82.401	37,09	77.391	29,74	76.768	25,02
15 a 64 anos	130.308	58,65	168.929	64,91	208.803	68,04
População de 65 anos ou mais	9.456	4,26	13.941	5,36	21.295	6,94
Razão de dependência	70,49	-	54,07	-	46,96	-
Taxa de envelhecimento	4,26	-	5,36	-	6,94	-

Fonte: Atlas Brasil, (2013)

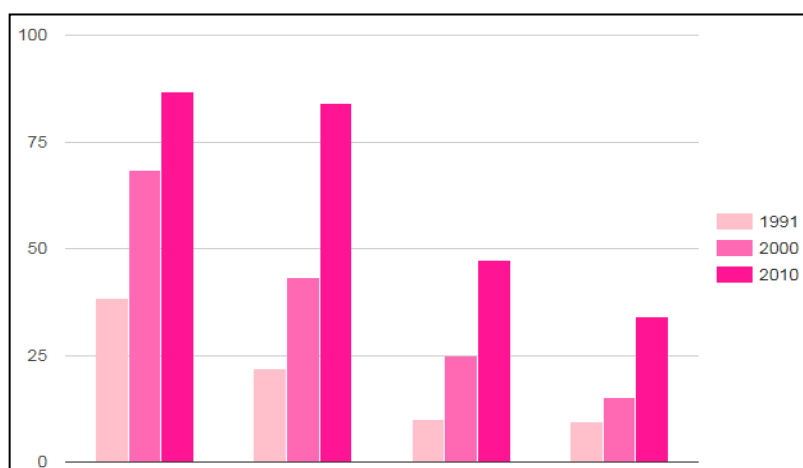
Em relação ao setor de educação do município de Vitória da Conquista, de acordo a SEI (2016), o mesmo possuía 136 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 259 estabelecimentos de ensino fundamental e 36 estabelecimentos de ensino médio. Quanto a educação superior, em 2014 o município contava com duas instituições do setor público, sendo elas a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB e a Universidade Federal da Bahia - UFBA, além das particulares Faculdade Independente do Nordeste – FAINOR e Faculdade de Tecnologia e Ciência – FTC. Dessa forma, o fluxo de estudantes oriundos das regiões próximas faz com que o município seja referência para cursos de nível superior.

O resultado da educação básica medida pela nota do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – anos iniciais) foi 4,1 em 2015, a meta estabelecida era de 4,6. Enquanto para as séries finais o resultado alcançado foi de 3,6, onde a meta estabelecida era 3,9, sendo assim, observa-se que em ambos os casos avaliados as notas alcançadas ficaram abaixo da meta de avaliação do IDEB, fato que demonstra a necessidade de melhoria nos níveis educacionais.

De acordo Atlas Brasil (2013), o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano), é obtido pela média geométrica dos três subíndices das dimensões que compõem o índice:

longevidade, educação e renda. No fator Educação, é composto pela proporção de crianças e jovens em idade escolar, que esteja cursando ou tenha completado o ciclo educacional. Houve um aumento percentual no acesso à educação entre o período de 1991 a 2010. Com base no ano de 2010 como referência para todas as faixas etárias, o número de crianças de 5 a 6 anos na escola chegou a 86,65%, para as crianças de 11 a 13 anos cursando os anos finais do ensino fundamental o índice era de 84,01%, a proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo era de 47,30%, enquanto o número de jovens entre 18 a 20 anos com ensino médio completo chegou a 33,93%, conforme demonstrado abaixo,

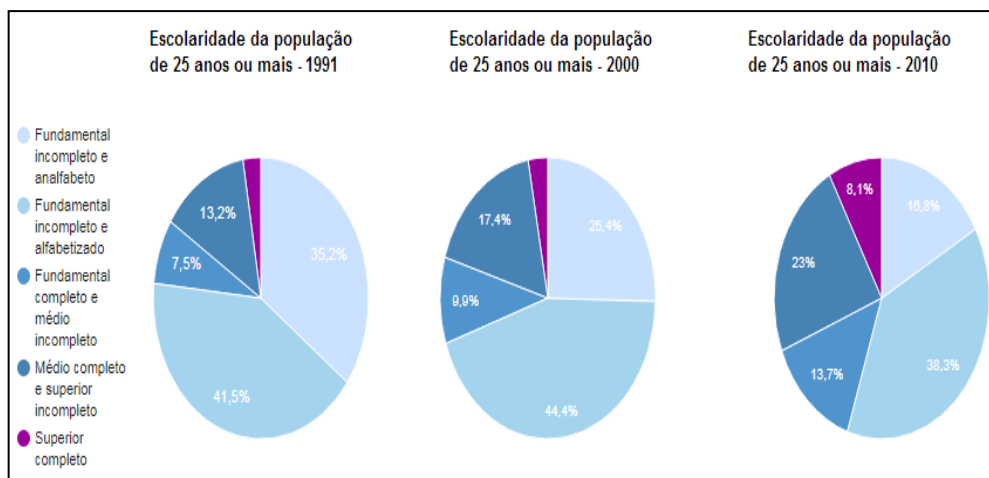
**Gráfico 2 – Fluxo Escolar por Faixa Etária – Vitória da Conquista – 1991/2000/2010**



Fonte: Atlas Brasil, (2013)

Também está incluso no IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano) o índice de escolaridade da população adulta de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo, observa-se que o nível de escolaridade da população mais antiga, nessa faixa etária, era inferior ao destacado nos anos seguintes, porém ainda reflete um baixo nível de acesso à educação, principalmente com cursos de nível superior. Fato observado para o ano de 2010, de acordo destacado abaixo,

**Gráfico 3 – Escolaridade da população Adulta – Vitória da Conquista – 1991/2000/2010**

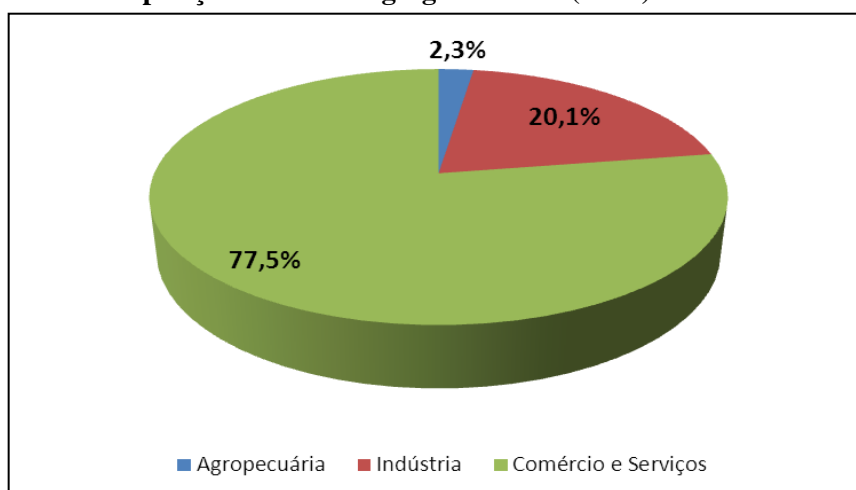


Fonte: Atlas Brasil, (2013)

Nesse período, levando em consideração a população do município de Vitória da Conquista a partir de 25 anos de idade, constatou-se que 16,84% eram analfabetos, 44,85% tinham o ensino fundamental completo, 31,10% possuíam o ensino médio completo e 8,07%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

A economia do município no ano de 2014 se manteve como a 5ª maior economia do estado da Bahia, isso se deve ao valor do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os serviços e bens produzidos e assim representa a riqueza de determinada região. Assim, de toda riqueza produzida no município neste ano, 77,5% era proveniente dos setores de comércio e serviços, o setor industrial com 20,1% do Valor Agregado Bruto (VAB), e o setor primário (agropecuária), responsável por 2,3% do VAB para o município de Vitória da Conquista. (SEI, 2016), de acordo representado no gráfico abaixo,

**Gráfico 4 – Composição do Valor Agregado Bruto (VAB) – Vitória da Conquista**



Fonte: SEI (2016).

A renda do município de Vitória da Conquista, segundo Atlas Brasil (2013), cresceu 94,82% nas últimas décadas, passando de R\$ 285,21, em 1991, para R\$ 410,96, em 2000, e para R\$ 555,66 em 2010, representando uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,57%. Para mensurar o nível de desigualdade de renda entre a população, utiliza-se como base o índice de Gini,

É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta as diferenças entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, numericamente varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos tem a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda de um lugar. (ATLAS, 2013).

Com base nessa análise, constata-se que houve uma redução da desigualdade de renda entre o período de 1991 a 2010, visto que o índice de Gini caiu de 0,60 para 0,55. Assim representado no gráfico abaixo,

**Tabela-4 Renda, Pobreza e Desigualdade - Município – Vitória da Conquista – BA**

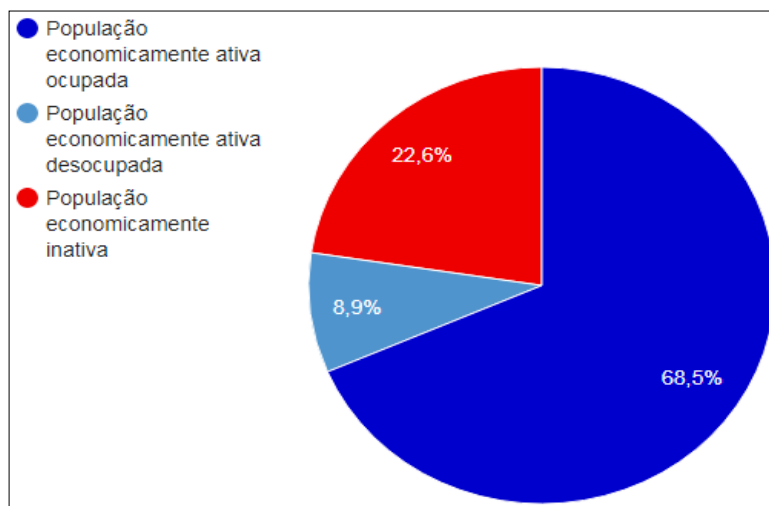
	1991	2000	2010
Renda per capita	285,21	410,96	555,66
% de extremamente pobres	22,33	14,01	5,60
% de pobres	51,05	36,36	18,07
Índice de Gini	0,60	0,62	0,55

Fonte: Atlas Brasil, (2013)

Em relação ao trabalho, no período entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente

ativa) passou de 67,85% em 2000 para 68,53% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 15,70% em 2000 para 8,87% em 2010. (ATLAS, 2013),

**Gráfico 5 – Composição da População de 18 anos ou mais de idade - 2010**



Fonte: Atlas Brasil, (2013)

De acordo a ocupação no município, em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 10,97% trabalhavam no setor agropecuário, 0,08% na indústria extrativa, 9,60% na indústria de transformação, 8,29% no setor de construção, 1,06% nos setores de utilidade pública, 20,53% no comércio e 42,91% no setor de serviços. Conforme destaque abaixo,

**Tabela-5 Ocupação da População de 18 anos ou mais de idade – Vitória da Conquista – BA**

	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	67,85	68,53
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	15,70	8,87
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	40,19	50,21
<b>Nível educacional dos ocupados</b>		
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	39,59	56,41
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	26,01	39,19
<b>Rendimento médio</b>		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	60,45	28,32
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	82,65	78,69
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais	94,22	93,94

Fonte: Atlas Brasil, (2013)

É possível observar que o nível de educação da população em atividade com médio completo é inferior, demonstrando que o acesso à educação ainda é um entrave para a maioria da população, e que os rendimentos tendem a cair em todas as faixas salariais observadas.

Para se avaliar a situação socioeconômica dos municípios, a SEI (2016) utiliza como base a análise efetuada por meio do Índice de Performance Socioeconômica (IPESE), um indicador desenvolvido com a finalidade de monitorar e avaliar a capacidade das políticas públicas em atender as necessidades da sociedade.

O IpeSE é uma atualização dos antigos indicadores: Índice de Performance Econômica (IPE) e Índice de Performance Social (IPS). O IpeSE é um indicador sintético composto por três dimensões: duas sociais – Educação e Saúde; e uma de natureza econômica – Economia e Finanças. (SEI, 2016).

Dessa forma utiliza-se como critério de avaliação o índice de acordo a performance de desempenho “muito baixo” – indicador abaixo de 0,299; desempenho “baixo” – indicador entre 0,300 e 0,499; desempenho “médio” – entre 0,500 e 0,699; desempenho “alto” – entre 0,700 e 0,899; e desempenho “muito alto” – indicador acima de 0,900.(SEI, 2016).

Segundo a SEI (2016), entre os anos 2010 e 2013 houve um avanço com relação à situação socioeconômica dos municípios baianos, constatando por meio do IPESE que em 2010 do total de 417 municípios, 40,3% ficaram com desempenho socioeconômica “baixa”, 57,8% classificados com performance “média” e apenas 1,9%, com total de 8 municípios com performance “alta”. Esse cenário se altera em 2013, onde foi registrado melhora desses indicadores. Assim, dos 40,3% dos municípios anteriormente considerados com desempenho baixo, neste ano o índice caiu para 9,8%, na classificação “média” atingiu um índice de 82,0% e como “alta” aumento para 8,2% dos municípios.

Com relação a dimensão social Índice de Nível Saúde (INS), segundo o IPESE de 2010 para 2013, houve aumento no número de municípios classificados com performance “média” e “alta”, respectivamente, de 329 para 340 municípios, e de 4 para 13 municípios.

No Índice do Nível de Educação (INE), o ano de 2010, 406 municípios apresentaram uma performance “média” na educação, o que representava 97,4% do total. Em 2013, o indicador apresentou uma melhora considerável com 80,1% dos municípios classificados com nível “alto”, um total de 334 municípios. Essa análise está relacionada com base notas do Índice da Educação Básica (IDEB) e aumento no número de matrículas do ensino fundamental e médio. (SEI, 2016).

Com relação à situação Economia e Finanças, composta por 04 indicadores que visam captar o dinamismo do mercado de trabalho e da atividade produtiva dos municípios, apresentou a maior variação no espectro de desempenho. Para o ano de 2010, constatou-se como performance “muito baixo” 87 municípios, 243 em nível “baixo”; 50 em nível “médio”; 31 em nível “alto”; e 6 em nível “muito alto” de performance. Em 2013, esse indicador apresentou uma pequena melhora: 75 municípios em nível “muito baixo”; 247 em nível “baixo”; 56 em nível “médio”; 31 em nível “alto”; e 8 em nível “muito alto” de performance.

Na tabela abaixo, é possível verificar o desempenho quanto ao Índice de Performance Econômica (IPE) e Índice de Performance Social (IPS), de acordo a situação de cada município:

**Tabela 6 – Resultado Ipepe dos 30 melhores performances – 2013**

RANKING	ÍNDICE DE PERFORMANCE SOCIOECONÔMICA		DIMENSÃO SAÚDE		DIMENSÃO EDUCAÇÃO		DIMENSÃO ECONOMIA E FINANÇAS	
	Município	Índice	Município	Índice	Município	Índice	Município	Índice
1º	Mata de São João	0,841	Maetinga	0,768	Governador Mangabeira	0,870	Salvador	1,000
2º	Jaborandi	0,797	Jaborandi	0,758	Laje	0,866	Mata de São João	0,992
3º	Pojuca	0,791	Guanambi	0,746	Irecê	0,859	Candeias	0,941
4º	Madre de Deus	0,785	Dom Macedo Costa	0,742	Sapeaçu	0,858	Feira de Santana	0,921
5º	Lauro de Freitas	0,782	Paramirim	0,737	Mata de São João	0,857	Maragogipe	0,912
6º	Camagari	0,778	Lafayette Coutinho	0,736	Cipó	0,849	Lauro de Freitas	0,907
7º	Brumado	0,769	Madre de Deus	0,729	Santa Inês	0,848	Pojuca	0,907
8º	Salvador	0,767	Cordeiros	0,718	Barra do Mendes	0,846	Camagari	0,904
9º	Luís Eduardo Magalhães	0,757	Juazeiro	0,708	Conceição do Coité	0,845	Luís Eduardo Magalhães	0,886
10º	Mucuri	0,756	Irecê	0,706	Icho	0,845	Dias D'Ávila	0,882
11º	Irecê	0,754	Barra do Choça	0,705	Ribeira do Pombal	0,845	Simões Filho	0,878
12º	São Francisco do Conde	0,744	São Félix	0,705	São Félix do Coribe	0,843	Ilhéus	0,869
13º	Eunápolis	0,743	Cardeal da Silva	0,703	Potiraguá	0,841	Mucuri	0,865
14º	Juazeiro	0,741	Dom Basílio	0,694	Seabra	0,841	São Francisco do Conde	0,861
15º	Porto Seguro	0,741	Ipupiara	0,691	Santana	0,840	Eunápolis	0,858
16º	Guanambi	0,740	Pojuca	0,688	Barra da Estiva	0,839	São Sebastião do Passé	0,852
17º	São Sebastião do Passé	0,740	Brumado	0,687	Santo Antônio de Jesus	0,828	Itagibá	0,849
18º	Maragogipe	0,738	Piripá	0,687	Vereda	0,828	Alagoinhas	0,848
19º	Barreiras	0,738	Jacaraci	0,683	Nordestina	0,828	Barreiras	0,824
20º	Alagoinhas	0,734	Malhada de Pedras	0,681	Jaborandi	0,828	Madre de Deus	0,822
21º	Feira de Santana	0,734	Laje	0,681	São Domingos	0,824	Vitória da Conquista	0,821
22º	São Desidério	0,731	Porto Seguro	0,680	Catolândia	0,824	Brumado	0,816
23º	Candeias	0,730	Mata de São João	0,675	Élísio Medrado	0,824	São Desidério	0,813
24º	Santo Antônio de Jesus	0,728	Igaporã	0,673	Cravolândia	0,823	Itabuna	0,811
25º	Dias D'Ávila	0,727	Ibiassuê	0,672	Licínio de Almeida	0,823	Jaborandi	0,806
26º	Itabuna	0,720	Amargosa	0,669	Boa Vista do Tupim	0,822	Correntina	0,798
27º	Itagibá	0,718	Anguera	0,666	Luís Eduardo Magalhães	0,822	Porto Seguro	0,794
28º	Laje	0,712	Érico Cardoso	0,665	Cafarnaum	0,821	Formosa do Rio Preto	0,788
29º	Ibirapóã	0,712	Itanhém	0,665	Nova Soure	0,821	Esplanada	0,783
30º	Correntina	0,707	Itapebi	0,664	Capim Grosso	0,821	Catu	0,769

Fonte: SEI (2016)

Diante desse cenário, apesar do avanço socioeconômico observado entre o período de 2010 a 2013, Vitória da Conquista se destaca no índice de Economia e Finanças com

performance de 0,821, configurando a classificação “alta” nessa dimensão, porém não demonstrou o mesmo desempenho para os demais níveis de dimensão. Sendo assim, apesar de o município ter demonstrado potencial de crescimento capaz de atrair investimentos em vários setores econômicos, há necessidade de maior atenção por parte do poder público, acerca dos problemas sociais e econômicos inerentes a toda região em desenvolvimento, atribuindo questões fundamentais de infraestrutura, educação, saúde, segurança, dentre outros, possibilitando maiores oportunidades para toda a população no intuito de ampliar as condições dignas de vida, diminuindo assim desigualdades ainda existentes no município.

Sendo assim, a próxima abordagem tem como objetivo analisar a eficiência do programa PRONATEC, como política pública de educação profissionalizante, verificando por meio dos dados obtidos se os resultados são satisfatórios para o município de Vitória da Conquista, frente aos objetivos propostos pelo programa.

### **3.3 – Análise dos Resultados Obtidos com o programa PRONATEC em Vitória da Conquista – BA**

Diante da iniciativa do governo federal a Presidenta da República Dilma Rousseff criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), como estratégia de acesso ao mercado de trabalho, diminuição do desemprego visando atender as necessidades do mercado a partir da Educação Profissional e Tecnológica. Para isso contou com a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes através de contratos com os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, no Sistema S, além de escolas estaduais e municipais.

No âmbito da Bolsa-Formação do Pronatec os departamentos nacionais dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR E SENAT) firmaram termo de adesão como ofertante e recebem recursos financeiros do Ministério da Educação, ficando responsáveis pela oferta e repasse de recursos aos seus departamentos regionais. (MEC, 2015). Dessa forma, por meio do PRONATEC, as instituições oferecem cursos técnicos para jovens que ainda estão no ensino médio e cursos profissionalizantes para jovens e adultos que concluíram os estudos.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) é uma das instituições de ensino que compõe parceria em Vitória da Conquista. Trata-se de empresa privada sem fins lucrativos que foi criada com o intuito de proporcionar a formação de menores aprendizes e a qualificação profissional de adultos. De acordo informação do site oficial do Senac:

A instituição é filiada à Confederação Nacional do Comércio, uma vez que por decreto-lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, o Governo Federal atribuiu ao órgão a obrigação de organizar e administrar, no território nacional, escolas de aprendizagem comercial. Com o intuito de descentralizar e ampliar sua área de atuação e de poder atender a reivindicação de vários setores da economia, o Senac se estabeleceu em todo o país. (SENAC, 2016).

Segundo SENAC, desde sua criação em 10 de agosto de 1947, desenvolveu sua programação de cursos de acordo a demanda local e parceria das instituições, visando atender as constantes exigências do mercado, buscando se adequar em conteúdo programático e metodológico com as mesmas. Trata-se de uma instituição com amplo reconhecimento público e que oferta grande variedade de cursos à população do município, em diversas áreas como: saúde, moda, gestão, administração, lazer, idiomas, estética, logística e muitos outros. Tendo como objetivo principal colaborar para o aprimoramento do trabalho ampliando as possibilidades de produtividade.

A instituição SENAC-VC forneceu os dados relevantes para que a pesquisa pudesse ser concluída. Assim, de acordo ao conjunto de dados levantados, será feita a análise dos indicadores tais como a relação entre matrículas realizadas, quantidade de concluintes, encaminhamento para o mercado de trabalho e número de contratados. A fim de comprovar a efetividade do programa no município.

Como dito anteriormente, a pesquisa tem como foco a Bolsa Formação como base de análise do nível de contribuição causada pelo programa no que diz respeito à reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, por meio dos alunos que participaram da qualificação profissionalizante oferecida pelos cursos. Quanto aos cursos ofertados, o MEC informa que,

Para oferecer programas que estejam de acordo com as necessidades do mercado de cada região, o Pronatec conta com o Catálogo Nacional dos Cursos do MEC (técnicos) e o Guia Pronatec, onde consta uma lista de cursos de Formação Inicial e Continuada, atualizada periodicamente mediante demanda dos parceiros ofertantes da bolsa-formação. A publicação representa mais do que a consolidação – em escala nacional – de uma estratégia de desenvolvimento de programas que vincula a qualificação profissional de trabalhadores à elevação da escolaridade. É, acima de tudo, um instrumento que visa aproximar o mundo do trabalho do universo da Educação. (MEC, 2012).

À medida da execução do programa, da demanda específica do mercado e do município, tal documento é atualizado indicando os cursos disponíveis bem como as unidades prestadoras para que os interessados tenham acesso de acordo sua necessidade. Segundo MEC, “Em 2011 havia 428 cursos e a edição de 2015 contava com mais de 600”.

Em Vitória da Conquista, ao longo dos anos de implantação do programa, uma gama de cursos foram ofertados pela instituição SENAC-VC, conforme listagem abaixo. Importante ressaltar que, em sua maioria, os cursos ofertados não estabelecem um nível de qualificação que estejam adequadas às novas exigências impostas pela reestruturação produtiva ao qual o mercado demanda fato que deve estar em sintonia com as necessidades produtivas e econômicas do município.

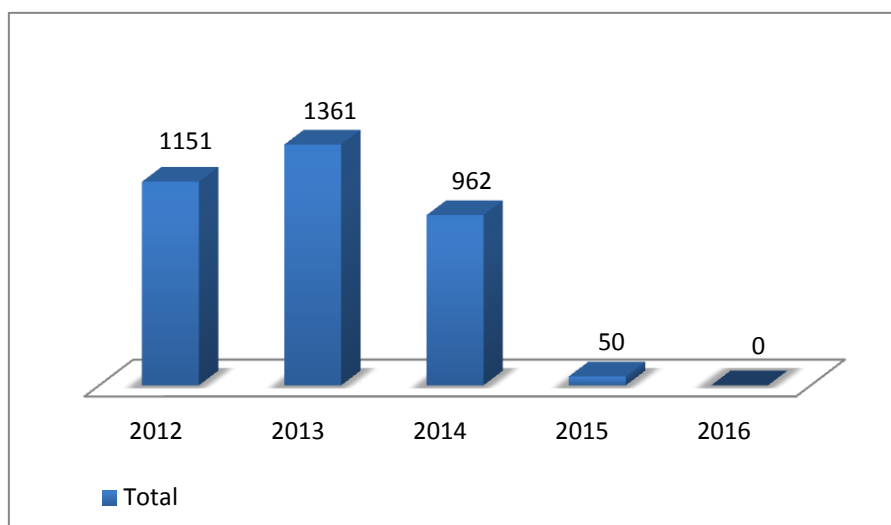
- Almozarife
- Auxiliar de tesouraria
- Corte e Costura
- Cuidador de idoso
- Depilação
- Garçom
- Manicure e pedicure
- Operador de computadores
- Operador de supermercado
- Porteiro e vigia
- Promotor de vendas
- Salgadeiro
- Assistente financeiro
- Operador de computadores

Atualmente outros cursos estão disponíveis conforme portal do SENAC-VC, em áreas como: Gastronomia, Beleza, Gestão, Hospitalidade e Informática. Segundo informação,

Os cursos de Formação Inicial e Continuada têm a intenção de proporcionar aos participantes o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social; atender às demandas de formação e conhecimento técnico, prático, científico e tecnológico; contribuir para a inserção e reinserção dos trabalhadores no mundo do trabalho e promover a cidadania e a inclusão social através da formação para o trabalho. (SENAC, 2015).

Foi feito levantamento da quantidade de matrículas efetuadas junto ao Serviço Nacional de Atividade Comercial – SENAC. Conforme informado pela instituição, em 2012(1.151), 2013(1.361), 2014(962), 2015(50), para o ano de 2016 não houve alunos matriculados. Analisando o total de matrículas efetuadas entre o período de 2012 a 2016, predominância da Formação Inicial e Continuada, é possível constatar, por meio do gráfico abaixo, que houve desaceleração no número de vagas a partir de 2014, isso se deve em função da redução de verbas repassada pelo governo federal, que para isso teve que diminuir o ritmo de vagas em função da crise econômica que afetou o país, reduzindo assim os gastos públicos.

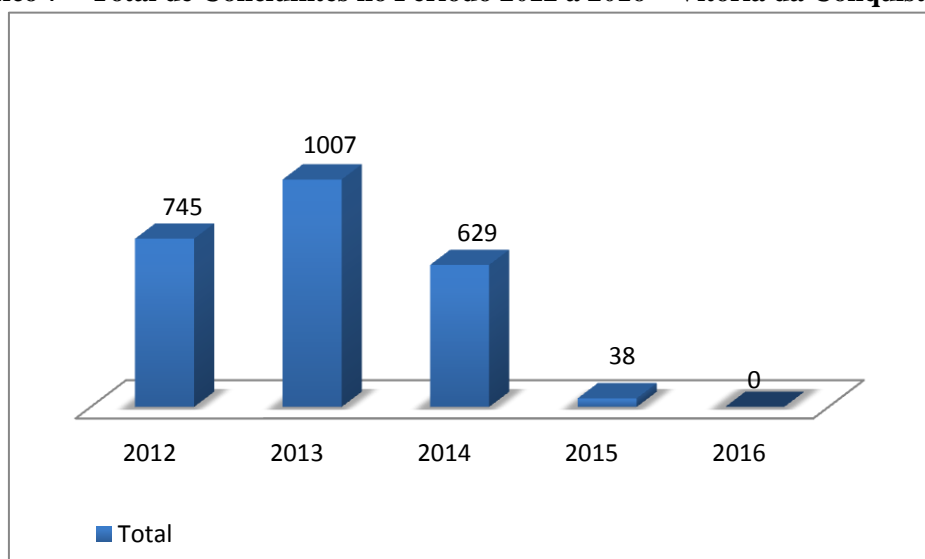
**Gráfico 6 - Matrículas Efetuadas no Período 2012 a 2016 – Vitória da Conquista - BA**



Fonte:Elaboração própria a partir de dados do SENAC- VC

Conforme demonstrado nos dados abaixo, da quantidade de matrículas efetuadas no ano 2012, sendo 1.151 alunos, houve um total de concluintes de 745, em 2013 de 1.361 alunos, 1007 chegaram a concluir, em 2014 de 962 matriculados, 629 alunos concluíram já em 2015 de 50 alunos matriculados houve um total de 38 alunos concluintes. Observa-se um grande número de evasão nos cursos ministrados, sendo em 2012(35,27%), 2013(26,01%), 2014(34,61%) e 2015(24%). A instituição SENAC-VC não informou o motivo pelo qual os alunos não concluíram os cursos.

**Gráfico 7 – Total de Concluintes no Período 2012 a 2016 – Vitória da Conquista - BA**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SENAC- VC

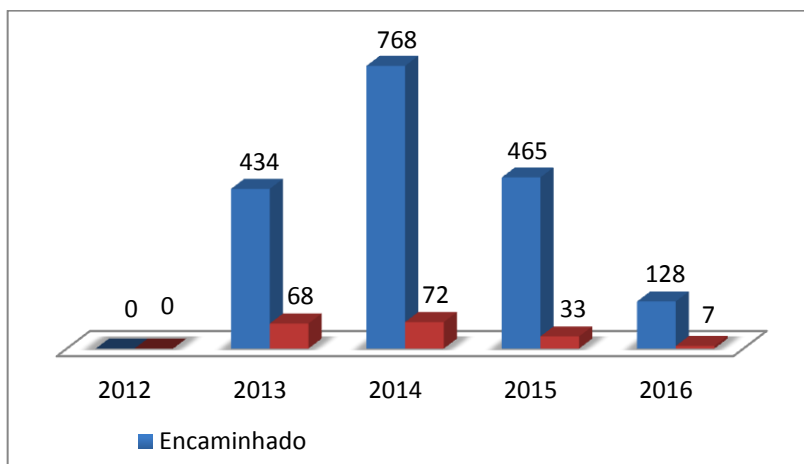
A pesquisa buscou avaliar as informações obtidas acerca dos alunos que participaram dos cursos ofertados pela instituição de ensino SENAC-VC e o mercado de trabalho, no intuito de verificar a eficiência do programa PRONATEC como garantia de oportunidade e inserção dos mesmos, objetivo principal do programa. Sendo assim, de acordo dados abaixo, foi constatado que no ano de 2012 não houve encaminhamento de alunos para o mercado de trabalho, sendo que o número de encaminhados foi em 2013(434), 2014(768), 2015(465) e 2016(128) em um total de 1.795 encaminhamentos no período analisado.

Destes encaminhamentos, ao comparar a quantidade de contratações, destacou-se que em 2013 dos 434 encaminhados, houve 68 contratações, em 2014 dos 768 indicados apenas 72 contratações foram efetuadas, em 2015 de um total de 465 encaminhados foram contratados 33 alunos e em 2016 com 128 encaminhamentos, destes 7 alunos foram contratados.

Vale ressaltar que as divergências observadas para os anos 2015 com 50 matrículas e 2016 sem registro de matrículas e o número de encaminhamentos para o mercado de trabalho, se deve, ao recurso denominado Banco de Oportunidades, disponibilizado pelo SENAC, que possibilita aos alunos acesso aos postos de trabalho disponíveis em até dois anos após conclusão dos cursos, ocorrendo intermediação entre os concluintes e o mercado de trabalho por meio do cadastro no banco de dados. Conforme informado pela instituição de ensino,

O serviço é gratuito, fácil de ser utilizado e funciona como um banco de dados. Ex-alunos se cadastram e traçam seus perfis, já os empresários divulgam as oportunidades existentes, bem como o que esperam dos candidatos interessados. O Senac é responsável pelo cadastro e encaminhamento do ex-aluno, conforme o perfil solicitado para participar do processo de seleção da empresa.(SENAC, 2015).

**Gráfico 8 – Acesso ao Mercado de Trabalho no Período 2012 a 2016 – Vitória da Conquista - BA**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SENAC- VC

Conforme demonstrado, em todos os anos houve um baixo nível de contratação e inserção ao mercado de trabalho, o que indica uma tendência à retração considerável para se conseguir acesso ao emprego, mesmo para os alunos que conseguiram se qualificar. Sendo assim, é possível observar que, diante do comportamento da economia, e de como o sistema capitalista se impõe, notam-se as dificuldades encontradas pela sociedade no mundo do trabalho, uma vez que os mesmos se tornam escassos à medida que o capital se amplia gerando o processo de financeirização da economia em detrimento da geração de empregos.

Sendo assim, demonstra-se que esses fatores devem ser levados em consideração para se analisar a falta de empregos ao qual a sociedade contemporânea se encontra. Dessa forma, faz-se necessário ampliar a discussão sobre o destino dos gastos públicos, uma vez que, mesmo articulando estratégias que aloquem as perspectivas do mercado de trabalho e a educação profissional, ainda assim a dinâmica de crescimento do sistema capitalista tende a promover um mercado ineficiente e incapaz de alocar toda a mão de obra disponível, diante da falta de emprego.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscou-se uma análise acerca da condução das políticas sociais no Brasil, em destaque para a política de educação e qualificação profissional através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), uma vez que o mesmo, por se tratar de política voltada para a educação profissional, tem como objetivo ampliar as condições de acesso ao mercado de trabalho, possibilitando a inclusão social e aumento do emprego. A análise aqui apresentada procurou identificar se houve realmente, acesso ao mercado de trabalho por parte dos participantes do programa, verificando a efetividade do mesmo para o município de Vitória da Conquista – BA.

Diante da análise acerca das mudanças econômicas e produtivas ocorridas no Brasil, verificou-se que o desemprego ainda é um desafio para o país frente às modernizações e o modo de produção capitalista, considerando a capacitação profissional, por parte do Estado, a condição relevante para o acesso ao mercado de trabalho, bem como inserção social e aumento de renda, transferindo para os empregados a responsabilidade em se manter ou conseguir um emprego.

E como base nesse contexto, o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) conseguiu grande expansão com ampla cobertura nos estados e municípios, possibilitando a oferta de ensino de uma gama de cursos profissionalizantes, bem como grande número de matriculados, porém, vale observar que essa iniciativa, no intuito de ampliar as condições de acesso ao emprego, não consegue atingir a necessidade de oferta de mão de obra, uma vez que o mercado se tornou ineficiente para gerar a quantidade de emprego que a sociedade precisa.

Vale ressaltar que, diante da atual condição produtiva e das oscilações no ambiente econômico, frente ao sistema capitalista e sua reprodução, a sociedade contemporânea enfrenta, sob essa dinâmica, o crescimento do desemprego estrutural, com níveis cada vez mais evidentes da decrescente inserção ao mercado de trabalho pela falta de emprego. Logo, mesmo diante da necessidade constante dos indivíduos buscarem se capacitar e qualificar, visando adequar às condições exigidas pelo mercado, ainda assim encontrarão dificuldade de acesso ao mercado de trabalho.

Sendo assim, é fundamental que ações sejam executadas por parte dos poderes públicos, com participação efetiva da sociedade, no intuito de acentuar o acompanhamento e a avaliação da qualidade e do desempenho do programa nos municípios e demais regiões do

país, no intuito de verificar as ações que envolvem as políticas sociais, no caso específico, a política de educação profissional. Não é preciso somente a oferta de cursos, mas analisar se de fato tem-se promovido inclusão social através dessas ações.

Considerando os resultados obtidos, percebe-se que de uma forma geral, existe um desafio diante da aplicação dos recursos públicos destinados aos cursos de educação profissionalizantes. Observou-se com este estudo, que é grande número de alunos que participam do programa de educação profissionalizante e que conseguem concluir o curso, sem conseguir oportunidade no mercado de trabalho. Fato que confirma a crescente crise do emprego promovida pelo desenvolvimento capitalista ao longo dos tempos, indicando que tal dinâmica serve de entrave para que esse número não seja favorável.

Por fim, observa-se que o novo paradigma traz a concepção de um novo modelo educacional voltado para o mercado que exige novo perfil para o trabalhador considerando além da competência, as possibilidades de inovação e desenvolvimento do potencial, que precisa se qualificar pela empregabilidade, mas que por outro lado encontram-se em meio a uma sociedade sem emprego.

Diante desse cenário, faz-se necessário uma análise mais ampla acerca das condições e critérios aos quais os cursos estão submetidos, levando em consideração questões sociais, econômicas bem como o cenário político e econômico no qual o país se encontra, a fim de direcionar de forma responsável os recursos públicos que tanto necessitam a sociedade marginalizada brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALBAN, M.; Crescimento sem Emprego: O Desenvolvimento Capitalista e Sua Crise Contemporânea à Luz das Revoluções Tecnológicas. Salvador, BA – Casa da Qualidade Editora, 1ª Ed.1999.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em <[http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/vitoria-da-conquista\\_ba](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/vitoria-da-conquista_ba)> Acesso em 06/10/2017

BARCELLOS, Ricardo; PEDROSO, Maria Cristina J. M.; **Desenvolvimento Pessoal e Interpessoal.** Disponível em <[http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/proeja/desenv\\_pessoal\\_interp.pdf](http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/proeja/desenv_pessoal_interp.pdf)> Acesso em 19/09/2017.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social e Fundamentos e História.** São Paulo, SP: CORTEZ, 2011.

BRAGA, Divane Florene S. L.; **Reestruturação Produtiva e Empregabilidade: Dois Estudos de Casos com Gerências Intermediárias no Setor Químico.** Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2152/000315184.pdf?sequence=1>> Acesso em 27/08/2017

CASSIOLATO, Martha; GARCIA, Coutinho R.; **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas. Pronatec: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional.** Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=24567&catid=345&Itemid=383](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24567&catid=345&Itemid=383)> Acesso em 24/08/2017.

COMPARATO, F. K.; **A afirmação histórica dos direitos humanos. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.** Disponível em <[http://www.academia.edu/10113444/A\\_afirma%C3%A7%C3%A3o\\_hist%C3%B3rica\\_dos\\_direitos\\_humanos\\_-\\_COMPARATO\\_Fabio\\_K](http://www.academia.edu/10113444/A_afirma%C3%A7%C3%A3o_hist%C3%B3rica_dos_direitos_humanos_-_COMPARATO_Fabio_K)> Acesso em 29/11/2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que é política social. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.

FRIGOTTO, G.; **Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora.** Disponível em <[http://www.feis.unesp.br/Home/DSAA/DSAA/ProjetoGQT-SCM/documentos/educacao/04\\_frigotto.pdf](http://www.feis.unesp.br/Home/DSAA/DSAA/ProjetoGQT-SCM/documentos/educacao/04_frigotto.pdf)> Acesso em 03/11/2017.

GONÇALVES, F. Diogo.; **A Evolução do Direito do Trabalho no Brasil.** Disponível em <[https://www.jurisway.org.br/monografias/monografia.asp?id\\_dh=14890](https://www.jurisway.org.br/monografias/monografia.asp?id_dh=14890)> Acesso em 08/09/2017.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo, SP: LOYOLA, 1992.

HOTZ, C. **Políticas sociais e suas raízes no modo de produção Capitalista: uma leitura nas categorias do materialismo Histórico-dialético.** Disponível em <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/celsohotz.pdf>> Acesso em 12/10/2016.

HUNOLD, Silvia Lara; **ORDENAÇÕES FILIPINAS (1999).** Disponível em <<https://www.companhiadasletras.com.br/detalhe.php?codigo=11152>> Acesso em 14/09/2017.

IURCONVITE, A. S: **A evolução histórica dos direitos sociais: da Constituição do Império à Constituição Cidadã. Âmbito Jurídico, v. 74, 2010.** Disponível em <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7417](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7417)>. Acesso em 20/07/2015.

JORGE, da S. Antônio Tiago; **Políticas Públicas de Qualificação Profissional no Brasil: Uma análise a partir do PLANFOR e do PNQ** Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/HJPB-UPO85/1000000771.pdf?sequence=1>> Acesso em 12/10/2016.

KUNZE, C. Nádia; **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica /Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica v. 2, n. 2, (nov. 2009 - ). – Brasília: MEC, SETEC, 2009. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro.** Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4151-revista-mec&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4151-revista-mec&Itemid=30192)> Acesso em 03/10/2017.

MEC. PRONATEC. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Lei nº 12.513 de 26/10/2011. Institui o PRONATEC.** Disponível em: <[http://pronatecportal.mec.gov.br/arquivos/lei\\_12513.pdf](http://pronatecportal.mec.gov.br/arquivos/lei_12513.pdf)> Acesso em 12/10/2016.

Ministério da Educação MEC. **PRONATEC.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/pronatec/o-que-e>> Acesso em 12/10/2016.

RAIMUNDO, Emília R. C. **A globalização e seus impactos sobre o mercado de trabalho brasileiro na década de 1990.** 2007, 60 páginas. Ciências econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293484>> Acesso em 29/08/2017.

RODRIGUES, M. M. A. **Governança, democracia e política de educação e formação profissional no Brasil: do Senai ao Pronatec.** Disponível em <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/governanca-democracia-e-politica-de-educacao-e-formacao-profissional-no-brasil-do-senai-ao-pronatec>> Acesso em 10/10/2016.

SANTOS, V. C.: **Da Era Fordista ao Desemprego Estrutural da Força de Trabalho: Mudanças na Organização da Produção e do Trabalho e seus Reflexos.** In: 6º Colóquio Internacional Marx e Engels, 2009, Campinas. 6º Colóquio Internacional Marx e Engels, 2009. Disponível em <[https://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2009/trabalhos/da-era-fordista-ao-desemprego-estrutural-.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/da-era-fordista-ao-desemprego-estrutural-.pdf)> Acesso em 09/10/2016.

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Departamento Regional da Bahia. Disponível em <<http://www.ba.senac.br/>> Acesso em 24/08/2017.

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Centro de Educação Profissional de Vitória da Conquista – Ba.

SCHULTZ, T. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa**. Tradutor: Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SEI. Secretaria do Planejamento. Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia. **SEI divulga PIB dos municípios para o ano de 2014**. Disponível em <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2383:sei-divulga-pib-dos-municipios-para-o-ano-de-2014&catid=10&Itemid=565](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2383:sei-divulga-pib-dos-municipios-para-o-ano-de-2014&catid=10&Itemid=565)> Acesso em 29/10/2017.

SEI. Secretaria do Planejamento. Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia. **Perfil socioeconômico do município de Vitória da Conquista**. Disponível em <[http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/notas/2933307\\_NOTA.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/notas/2933307_NOTA.pdf)> Acesso em 29/10/2017.

SEI. Secretaria do Planejamento. Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia. **Ipepe – Índice de Performance Socioeconômica**. Disponível em <[http://www.sei.ba.gov.br/images/ipepe/pdf/boletim/release\\_ipepe\\_dez\\_16.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/ipepe/pdf/boletim/release_ipepe_dez_16.pdf)> Acesso em 29/10/2017.

SILVA, A. J. **Basta qualificar? O pronatec como estratégia de inclusão produtiva do plano Brasil sem miséria**. Disponível em <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7752/1/000476746-Texto%2bCompleto-0.pdf>> Acesso em 10/09/2017.

THEODORO, Mário. **As Características do Mercado de Trabalho e as Origens do Informal no Brasil**. Disponível em <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3234/1/Livro\\_Questao\\_Social.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3234/1/Livro_Questao_Social.pdf)> Acesso em 14/09/2017.

WERMELINGER, P. A. Cecília Fátima.; **Efeitos da Globalização nas Relações de Trabalho**. Trabalho publicado nos Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em São Paulo – SP nos dias 04, 05, 06 e 07 de novembro de 2009 Disponível em <[http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao\\_paulo/2607.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/2607.pdf)> Acesso em 29/08/2017.